

HÁGATA CRYSTIE SMAHA

**O INVENTÁRIO TURÍSTICO: ANÁLISES SOBRE A BASE DO
PLANEJAMENTO**

**PONTA GROSSA
2003**

O INVENTÁRIO TURÍSTICO: ANÁLISES SOBRE A BASE DO PLANEJAMENTO

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do Grau de Bacharelado em Turismo,
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Márcia Maria Dropa

**PONTA GROSSA
2003**

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	ii
LISTA DE ANEXOS	iii
RESUMO	iv
INTRODUÇÃO	1
1. O INVENTÁRIO NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO	4
2. DELINEAMENTO DA ÁREA DE ESTUDO	16
2.1. CAMPOS GERAIS	16
2.2. MUNICÍPIO DA LAPA.....	21
2.3. MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA.....	26
2.4. MUNICÍPIO DE TIBAGI.....	35
3. ANÁLISE DOS INVENTÁRIOS DOS MUNICÍPIOS	41
3.1. MODELOS TEÓRICOS PROPOSTOS	41
3.2. INVENTÁRIOS TURÍSTICOS MUNICIPAIS.....	46
3.2.1. Município da Lapa.....	46
3.2.2. Município de Ponta Grossa	48
3.2.3. Município de Tibagi	50
3.3. INVENTÁRIO TURÍSTICO: TEORIA E PRÁTICA EM DISCUSSÃO...	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
ANEXOS	60

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Os Campos Gerais do Paraná	17
FIGURA 2. Mapa da área de estudo.....	20
FIGURA 3. Igreja Santo Antônio.....	22
FIGURA 4. Panteon dos Heroes	23
FIGURA 5. Casa Lacerda.....	23
FIGURA 6. Theatro São João.....	24
FIGURA 7. Casa de Câmara e Cadeia.	24
FIGURA 8. Parque Estadual do Monge.	25
FIGURA 9. Mansão Villa Hilda.	28
FIGURA 10. Edifício Guilherme Naumann.	28
FIGURA 11. Museu Campos Gerais.	29
FIGURA 12. Estação Paraná.	29
FIGURA 13. Armazém da Estrada de Ferro do Paraná.	30
FIGURA 14. Estação São Paulo - Rio Grande.	30
FIGURA 15. Colégio Regente Feijó.	31
FIGURA 16. Furnas.	32
FIGURA 17. Lagoa Dourada.	32
FIGURA 18. Buraco do Padre.	33
FIGURA 19. Canyon do rio São Jorge.	33
FIGURA 20. Represa dos Alagados.	34
FIGURA 21. Cachoeira da Mariquinha.	34
FIGURA 22. Parque Estadual do Guartelá.	36
FIGURA 23. Rio Tibagi.	37
FIGURA 24. Salto Santa Rosa.	37
FIGURA 25. Salto Puxa Nervos.	38
FIGURA 26. Reserva Ecológica Itáytyba.	38
FIGURA 27. Palácio do Diamante.	39
FIGURA 28. Igreja Nossa Senhora dos Remédios.	39
FIGURA 29. Biblioteca Pública Municipal.	40

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1. Modelo de inventário turístico do PNMT	60
ANEXO 2. Modelo de inventário turístico de Bissoli	68
ANEXO 3. Operadores do Sistur de Beni	CD-ROM
ANEXO 4. Inventário Turístico Municipal da Lapa	CD-ROM
ANEXO 5. Inventário Turístico Municipal de Ponta Grossa	CD-ROM
ANEXO 6. Inventário Turístico Municipal de Tibagi	CD-ROM

RESUMO

Entende-se que para alcançar êxito no planejamento turístico de um destino, o conhecimento do mesmo em seus aspectos e singularidades é essencial. O presente trabalho teve como objetivo o estudo teórico da primeira fase do planejamento em municípios que se configura no inventário turístico. Foi realizada a análise das metodologias aplicadas em sua elaboração; a verificação de sua aplicabilidade no processo de planejamento, assim como as igualdades e antagonismos ainda existentes entre a teoria e a prática do planejamento. Por meio do estudo de publicações referentes ao tema e da análise dos inventários turísticos elaborados pelos municípios de Lapa, Tibagi e Ponta Grossa; a pesquisa revelou que as metodologias hoje utilizadas acabam por reduzir o inventário a uma simples lista hierarquizada de recursos turísticos, equipamentos e serviços, a qual desconsidera aspectos mais profundos conexos à cultura e à valorização de características singulares de um atrativo ou os usos e costumes de uma comunidade. Sendo o mesmo uma ferramenta importante para o planejador da atividade turística, pois apresenta-se como um completo retrato da situação a ser trabalhada, constatou-se que é um trabalho especializado e sua elaboração realizada com qualidade é um dos pontos determinantes do planejamento turístico.

Palavras-chave: Turismo, Planejamento, Inventário turístico.

INTRODUÇÃO

O turismo é considerado atualmente uma importante área para vários grupos da sociedade. Desperta interesse ao meio acadêmico, governamental, à iniciativa privada e à sociedade em geral. Afirmar que ele representa uma das atividades econômicas mais visadas e que mais crescem no mundo, seria uma das verdades mais comentadas sobre a atividade; entretanto ir-se-ia reduzi-lo somente ao seu expressivo potencial econômico.

A importância do turismo não está apenas ligada ao número de pessoas que viajam, à geração de empregos, entre outros; mas também se deve ao impacto que exerce na vida das comunidades envolvidas, como afirma MOESCH (2000, p.12), “o turismo é um fenômeno recheado de objetividade e subjetividade que envolve uma combinação entre produção e serviços, herança social, cultural, histórica e um meio ambiente diverso”.

O turismo vem sublinhando hoje um novo, crescente e significativo papel em favor das questões de conservação ambiental, pois o meio ambiente preservado converteu-se hoje em um fator intrínseco à atividade turística; ou seja, objeto que deve ser considerado constantemente em seu planejamento.

Nesse contexto, o planejamento turístico tornou-se imprescindível ao desenvolvimento da atividade, pois a finalidade do planejamento está em “definir as decisões básicas que articulam as políticas turísticas de um estado, região ou organização, ou seja, estabelecer as diretrizes que orientarão as decisões para o desenvolvimento do turismo, o tipo de turismo que se quer promover, os mercados que serão atingidos, a posição que se deseja ter nesses mercados, as metas a alcançar, e as estratégias dos programas de ações”.(PETROCCHI, 1998, p.72)

O planejamento do turismo surge então como uma ferramenta apropriada para o turismo sustentável, eis que concede os meios e métodos de intervenção no ambiente, ou nas múltiplas dimensões do fenômeno turístico, na busca de seu equilíbrio, expansão e aperfeiçoamento.

Para que o planejamento das localidades e seu entorno tenham sucesso é necessário o conhecimento de uma localidade em seus aspectos e peculiaridades, conforme afirma PETROCCHI (1998, p.73), o macroambiente deve ser constantemente monitorado para que o sistema turístico tenha sempre uma visão atualizada do que o circunda. No planejamento, o conhecimento da área a ser planejada se dá por meio do *inventário turístico*, objeto de estudo dessa pesquisa. Essa fase tem como objetivo buscar um profundo conhecimento de todas as características do município, estudando tecnicamente a oferta turística que se colocará no mercado, como um primeiro passo para o exercício da atividade de planejamento turístico. É um trabalho especializado, e sua realização com qualidade é um dos pontos determinantes para consecução das etapas fundamentais do planejamento.

O objetivo do presente trabalho foi demonstrar a importância dessa etapa no processo de planejamento. Para realização do mesmo, o primeiro passo foi a análise dos estudos teóricos já existentes sobre planejamento, inventário turístico, suas fases de elaboração e as diferentes metodologias propostas para sua aplicação nas localidades turísticas ou então que possuem potencial para o desenvolvimento da atividade. Em seguida fez-se uma análise pormenorizada dos inventários realizados nos municípios de Lapa, Ponta Grossa e Tibagi, os modelos utilizados, critérios e estratégias para sua realização, finalidades de elaboração, assim como sua aplicabilidade no processo de planejamento. Para atingir tal objetivo, foram feitas visitas aos municípios a fim de conhecer a realidade administrativa dos mesmos e realizar entrevistas com os responsáveis pela elaboração do inventário turístico municipal. Por fim, discutiu-se as igualdades e antagonismos entre a teoria existente sobre o inventário e sua real aplicação na prática do planejamento nos municípios.

Para uma melhor compreensão, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro, intitulado **O Inventário no contexto do planejamento turístico**, traz considerações sobre turismo, seu potencial econômico, e a influência que o mesmo exerce no meio ambiente que esta inserido. Por meio de uma construção teórica sobre a relação

entre turismo e planejamento, o capítulo procurou demonstrar a necessidade dessa prática para um desenvolvimento sustentável da atividade turística em municípios. Após uma breve descrição das etapas do planejamento turístico, apresentou-se a primeira fase do processo de planejamento, o inventário turístico, evidenciando sua importância como ferramenta base para o conhecimento da área de estudo, assim como para formatação de uma análise detalhada dos elementos que compõem o sistema turístico.

O segundo capítulo, denominado **Delineamento da área de estudo**, traz uma contextualização da região dos Campos Gerais, onde estão localizados os municípios selecionados para realização da pesquisa; entre eles Lapa, Ponta Grossa e Tibagi. Após essa contextualização fez-se necessário justificar a escolha desses municípios para a realização do trabalho por meio da descrição de alguns aspectos relevantes sobre os mesmos, como um histórico de cada localidade, seus atrativos turísticos e sua importância em relação ao desenvolvimento da atividade turística nos Campos Gerais.

Nesse sentido, o terceiro capítulo, referente à **Análise dos inventários turísticos elaborados pelos municípios**, em um primeiro momento retomou a importância do inventário turístico no processo de planejamento, descrevendo alguns modelos e formulários de inventário propostos por alguns autores, os quais foram adotados pelos municípios em questão. Após essa descrição, destacou-se o procedimento de elaboração do documento nos municípios, os critérios e estratégias utilizadas durante o processo. Por fim, fez-se uma comparação entre a teoria defendida sobre o inventário turístico e sua aplicabilidade na prática do planejamento.

O inventário turístico deve ser considerado como uma importante ferramenta do processo de planejar. Sendo assim, esse trabalho buscou evidenciar que o mesmo não deve ser resumido a uma lista hierarquizada de atrativos e equipamentos, mas que deve ter um tratamento com rigor metodológico e deve estar adaptado às especificidades locais e estar em consonância com o Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal.

CAPÍTULO I – O INVENTÁRIO NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO

As diferentes formas de se deslocamentos existem desde as civilizações mais antigas. Como a comunicação entre os povos era restrita devido ao ainda precário desenvolvimento tecnológico, deslocar-se era sinônimo de atividade econômica ou então domínio de um povo sobre outro. Muitas vezes a circulação de pessoas pelo mundo, justificava-se por um discurso ideológico de conhecimento de culturas, motivos religiosos, mas que na verdade nada mais era do que a realização de uma atividade econômica, comercial, ou então a dominação de territórios.

De maneira simplificada pode-se afirmar que foi no século XVIII, na Inglaterra, que as motivações de viagens começaram a ser despertadas pela busca ao prazer, recreação, tratamentos médicos, satisfação de curiosidades sobre outras culturas e lugares, novas experiências e aventuras. A partir do século XIX, com a consolidação da industrialização e sua expansão para além da Inglaterra, o capitalismo se transforma em um sistema produtivo mundial e começou a se evidenciar o expressivo potencial econômico advindo da mecanização e que também poderia ser atribuído ao turismo. As pessoas se deslocam com mais facilidades e o capital se acumula em grupos maiores de pessoas.

A industrialização proporcionou um desenvolvimento que encurtou as distâncias através dos meios de transporte e comunicação, além de proporcionar o aumento da produção de bens e serviços, a redução nas horas de trabalho, que levaram a valorização de novos padrões de vida para a sociedade. As relações de trabalho e o stress da vida cotidiana que passaram a sufocar as pessoas nos centros urbanos, passam a ser amenizados por meio da busca, nas horas livres, do contato com a natureza, o lazer e o descanso que o cotidiano não mais poderia proporcionar. Assim se desenvolve, junto com o capitalismo, o turismo como uma atividade de forte apelo econômico. Criaram-se

então, as condições para a *exploração* da atividade turística e do lazer. O sistema capitalista se expandiu a uma escala mundial e o turismo o acompanhou seguindo a mesma ideologia.

Destaca-se aqui, que essa visão funcionalista do turismo tem um conteúdo muito conservador e segundo MOESCH (2000, p.14):

A viagem, o tempo livre, o lazer, o fazer turismo, para os teóricos deste paradigma, têm a *função reparadora do trabalho*. Sua finalidade única é a de melhorar o desempenho dos papéis individuais *produtivos*, visando assim à otimização da relação global entre os seus *input* e *output*. Compartimentaliza o campo do trabalho e o campo do tempo livre como se fossem duas partes estanques. [grifos da autora]

Entretanto não se pode negar que o turismo nasceu e se desenvolveu com o sistema capitalista e, é próprio da atividade turística a apropriação do meio ambiente físico e cultural das sociedades, sua memória e história, sua arte de saber fazer, seus recursos naturais entre outros, em uma utilização do espaço. O turismo cresce em meio aos investimentos da iniciativa privada ávida por lucros imediatos que levam ao consumo de ambientes de forma desordenada, massificando a atividade e trazendo inúmeros impactos como o desrespeito aos aspectos sociais, ambientais e culturais, e que por conseqüência influencia a vida cotidiana das comunidades locais, descaracterizando paisagens e sacralizando atrativos turísticos a ponto de transformá-los em mercadorias banais.

O forte potencial econômico do turismo estimula cidades, regiões e países a buscar o seu desenvolvimento como a principal forma de atividade econômica geradora de emprego e renda. O que não deixa de ser um fator importante, pois de acordo com dados da OMT, em 2000 o turismo foi responsável por 192,2 milhões de empregos e deverá aumentar para 251,9 milhões até o ano 2010. Os valores mostram que a atividade já ultrapassou a indústria bélica e esta próxima de atingir os mesmos valores de capital transacionado pela indústria petrolífera.(CRUZ, 2000, p.08).

CRUZ ainda afirma que os números mostrados pela atividade turística têm seduzido e ocultado fatos que deveriam ser evidenciados como significativos para o turismo, o qual planejado de forma consciente, contribui sobremaneira na organização de territórios e sociedades em torno de sua realização, possuindo expressivo valor cultural, de interação entre diferentes modos de vida, em uma combinação entre produção e serviços, herança social, cultural, histórica e um meio ambiente diverso.

De acordo com MAGALHÃES (2002, p.89), a falta de ordenamento e planejamento na atividade turística tem apresentado muitos resultados negativos. Observa-se indiferença quanto à adoção de critérios de planejamento e sustentabilidade, assim como um descaso por parte do poder público local em relação ao turismo em seus múltiplos enfoques, e desse modo, a atividade acaba por se desenvolver devido ao aumento natural de visitantes nos centros turísticos, e pela iniciativa privada com seus próprios critérios e interesses de *exploração*.

Encontrar equilíbrio entre o turismo desordenado e o desenvolvimento de uma atividade planejada, que leve em consideração o meio ambiente, não é tarefa fácil, pois o controle depende de critérios, políticas adequadas, além de valores éticos e morais, pensamentos a longo prazo, e o comprometimento tanto do setor público como do investimento privado.

A fim de prevenir esses impactos negativos do turismo e garantir o ciclo de vida da atividade, esforços devem se concentrar em um desenvolvimento sustentável¹ do patrimônio cultural², da infra-estrutura e dos equipamentos que a sustentam. Considerar a gestão de todos os recursos relacionados com a atividade de modo a atender as

¹ Os princípios básicos de sustentabilidade identificados no Relatório Brundtland da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCDE, 1987) são: (1) o conceito de planejamento holístico e a criação de estratégias; (2) a importância de preservar processos ecológicos essenciais; (3) a necessidade de proteger o patrimônio humano e a biodiversidade; (4) a necessidade de buscar um tipo de desenvolvimento que permita à produtividade ser sustentada no longo prazo para as gerações futuras; (5) a meta de atingir um melhor equilíbrio de justiça e oportunidades entre nações. (In: Hall, 2001, p.21)

² Patrimônio Cultural deve ser entendido como toda a gama das realizações humanas. O termo ampliou-se e hoje o patrimônio cultural abrange tanto o patrimônio histórico como o patrimônio natural, pois mesmo nos ambientes naturais os valores culturais são agregados de maneira significativa.

necessidades socioeconômicas e estéticas das destinações, promovendo benefícios à população envolvida. Em busca do que podemos denominar turismo sustentável³, o planejamento da atividade apresenta-se como essencial.

Segundo PETROCCHI (1998, p.19), planejamento envolve a definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização. É um método que facilita a definição de objetivos e meios de alcançá-los com base no futuro almejado, assim como a realização do mapeamento das dificuldades e obstáculos para a escolha de caminhos alternativos. De acordo com RAMOS citado em BISSOLI (1999, p.25), o planejamento tem como objetivo:

A coleta e tratamento cauteloso da informação sobre o futuro. Facilita a identificação de nossos objetivos, desejos e aspirações e o seu confronto com a realidade. Constitui um pressuposto da troca de informação e da coordenação de atividades interdependentes; uma vez que as atividades dos dirigentes econômicos são interdependentes, o planejamento representa um ótimo veículo para a análise desta interdependência e para compatibilização dos interesses em questão.

É um processo contínuo que procura alcançar objetivos a longo prazo, e que necessita ser realizado de maneira constante, ou seja, sempre alimentado e realimentado por novas informações, as quais geram decisões e posteriores ações. Por meio desse processo se ordenam os recursos disponíveis, sejam materiais ou humanos, definem-se métodos e técnicas aplicáveis à realidade estudada, assim como se estabelecem as formas de organização para o adequado direcionamento aos objetivos propostos. O planejamento tem um início, mas não um fim em si.

O planejamento do turismo pode atuar como ferramenta importante em um contexto de desenvolvimento da qualidade de vida local se for tomado como um ato social que permite a interação entre pessoas, um ato de manifestação cultural que reflete a memória e identidade local, e que somente existe como atividade econômica devido ao patrimônio cultural que o sustenta e que precisa ser reconhecido e reinterpretado.

³ O turismo sustentável se caracteriza pela utilização racional do patrimônio turístico, mantendo a essência cultural e os ecossistemas, isto é satisfazendo as necessidades sociais e econômicas, ao mesmo tempo em que preserva os valores estéticos e naturais dos destinos turísticos.

O intuito do planejamento turístico consiste em coordenar as ações do homem sobre o território, e ocupa-se em direcionar a construção da infra-estrutura, equipamentos e facilidades de forma adequada, a fim de evitar os efeitos negativos do uso incorreto dos recursos. Este deve ser realizado de forma integrada, englobando todos os componentes do turismo de maneira sincronizada para que se possa alcançar os resultados de cada um deles sob a forma de um sistema global que possa ser acompanhado, avaliado e revisado integralmente, uma vez que o turismo acontece no cotidiano, na prática, em todos os lugares, envolvendo o social, o econômico e a cultura.

Conforme afirma PETROCCHI (1998, p.72), a finalidade do planejamento é definir as decisões básicas que articulam as políticas turísticas de um estado, região ou organização, ou seja, estabelecer as diretrizes que orientarão as decisões para o desenvolvimento do turismo, o tipo de turismo que se quer promover, os mercados que serão atingidos, a posição que se deseja ter nesses mercados, as metas a alcançar, e as estratégias dos programas de ações.

O planejamento deve ser visto como o indutor do desenvolvimento do turismo. É um processo que analisa a atividade turística de um determinado espaço geográfico, para então fixar modelos de atuação para impulsionar e integrar o turismo ao conjunto macroeconômico que está inserido. Pode ser realizado no âmbito nacional, regional e até mesmo local, envolvendo a iniciativa pública e privada, e a comunidade local.

No âmbito municipal, o planejamento turístico deve relacionar-se aos demais planejamentos regionais, uma vez que o município não deve se colocar como realidade isolada, restringindo-se aos seus limites políticos e administrativos, mas integrar-se a uma região específica, respeitando suas características geográficas, culturais, e suas peculiaridades. Da mesma forma, o turismo deve ser pensado de maneira a agregar-se à realidade do município, buscando trazer benefícios relacionados à valorização da cultura local, ao artesanato produzido na região, aos recursos naturais e históricos, os quais muitas vezes estão sendo sub-utilizados ou inclusive desvalorizados e esquecidos pela população. Tendo por base a idéia de que o planejamento turístico municipal é

desenvolvido visando primeiramente ao bem estar social da comunidade local e depois aos visitantes, sua proposta é de tornar os núcleos turísticos mais bonitos, com espaços urbanos bem-cuidados, oferta de lazer e espaços culturais para a população, com um meio ambiente conservado, serviços bem prestados por meio de uma mão de obra capacitada, e o incentivo a comercialização de seus produtos turísticos.

Portanto, é de competência dos municípios de acordo com BISSOLI (1999 p.51):

Estruturar administrativamente sua organização com respeito ao turismo; estabelecer a política de promoção turística em nível municipal; com atuação própria e integrada às diretrizes federais e estaduais; realizar levantamentos e análises das potencialidades turísticas do município; exercer fiscalização e controle dos planejamentos e projetos urbanísticos e turísticos; estabelecer instrumentos de incentivo à iniciativa privada para a exploração da atividade turística; relacionar, determinar e executar aquelas medidas que se destinam a fomentar e desenvolver a atividade turística municipal em sintonia com as hierarquias superiores.

A tentativa de estabelecer um modelo único de planejamento a ser utilizado pelos municípios é quase impossível, pois cada um precisa de um estudo específico e direcionado para seus objetivos e especificidades. Porém, deve-se seguir um roteiro pré-estabelecido, formatado a partir de modelos propostos pelos teóricos, procurando utilizar as técnicas que mais condizem com a realidade a ser planejada. Sendo assim, apresentam-se a seguir os estudos mais evidentes sobre a área.

PETROCCHI (1998, p.114) propõe um roteiro para o planejamento estratégico de sistemas turísticos, o qual é composto por seis etapas a seguir: Análise Macroambiental, Diagnóstico, Objetivos Possíveis, Estratégias de Marketing, Estratégias de Comunicação, Planos Setoriais⁴.

Por sua vez, BENI (2000, p.165) apresenta as seguintes etapas sobre o processo de planejamento: Determinação dos objetivos; Inventário de todos os recursos turísticos naturais e culturais, com destaque para seus respectivos diferenciais; Análise e síntese da

⁴ Os detalhes do roteiro de Mario Petrocchi podem ser encontrados em suas obras: Turismo: Planejamento e Gestão, e Gestão de Pólos Turísticos.

situação encontrada; Formulação da política e do plano de turismo e também de recomendações de viabilidade; Implementação e controle de gestão do processo total.

A Embratur⁵ também propõe um modelo de planejamento através do estabelecimento de uma Política Nacional de Turismo de incentivo aos municípios com potencialidades turísticas por intermédio de seu Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, estabelecido em 1994, e que objetiva divulgar aos municípios a necessidade do desenvolvimento planejado do setor, estabelecendo conceitos de turismo sustentável, gestão participativa e preservação do meio urbano e natural. O programa procura conscientizar a população de que apenas a existência de atrativos e potenciais não são suficientes para o desenvolvimento da atividade, e assim propõe dotar esses municípios de condições organizacionais e técnicas necessárias para promoverem o desenvolvimento da atividade.

É um processo que visa à conscientização, à sensibilização, ao estímulo e a capacitação dos vários monitores municipais, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção dos patrimônios ambiental, histórico e cultural, e tendo, como resultado, a participação e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável. (EMBRATUR, 2001).

Para a implantação do programa em um município são realizadas oficinas de conscientização, agregando pessoal técnico das várias instâncias do poder público, da iniciativa privada e das instituições de ensino técnico e superior para adquirir conhecimentos metodológicos de planejamento. Dessa forma, o PNMT procura estimular o poder público a formar conselhos municipais de turismo, visando ao planejamento e ao desenvolvimento da atividade turística no município, com a participação da comunidade e da iniciativa privada.

⁵ A Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo foi criada na década de 70 com o objetivo de organizar a política do turismo no Brasil.

Conforme BISSOLI (1999, p.49), as oficinas são realizadas em três fases, da seguinte forma:

Oficina de primeira fase: objetiva orientar os participantes sobre o PNMT e a sua metodologia, a qual é baseada no modelo da Organização Mundial do Turismo - OMT, conceituar o planejamento e consolidar um roteiro para a futura elaboração do plano de desenvolvimento turístico municipal. Os resultados são obtidos através de uma metodologia participativa com trabalhos em grupo e o apoio de um moderador.

Oficina de segunda fase: orientar os participantes quanto à formação de um Conselho Municipal de Turismo, do Fundo Municipal de Turismo e a elaboração do plano de desenvolvimento turístico para o município. É nessa fase que os grupos são incentivados a conhecer e analisar seu município com suas potencialidades, a infraestrutura já existente para o turismo, os pontos a serem melhorados, a demanda de turismo atual no município, entre outros. E através dessa análise, formulam-se as alternativas e propostas para o desenvolvimento da atividade.

Oficina de terceira fase: é durante essa fase que ocorre a implantação de um plano de turismo para o município, e também das ações de desenvolvimento turístico já formatados pelos participantes nas oficinas anteriores.

Por sua vez, destaca BISSOLI (1999, p.28) que o plano de desenvolvimento turístico consiste no documento que irá materializar o pensamento relacionado ao planejamento e compreende as seguintes etapas: diagnóstico, prognóstico, objetivos, metas, estratégias, diretrizes e avaliação. Observou-se que alguns municípios utilizaram o modelo proposto pela autora, bem como o modelo do PNMT; dessa forma se faz interessante apresentar a seguir o detalhe das etapas.

O diagnóstico representa a sistematização das informações obtidas pelo levantamento de dados sobre a localidade, avaliando assim sua situação atual e suas tendências, o tipo de turismo que já ocorre, quais são os obstáculos que impedem o crescimento da atividade assim como elementos que agregam valor ao turismo local. As

conclusões atribuídas ao diagnóstico envolvem dados econômicos, políticos e sociais, proporcionando maior amplitude na análise da localidade estudada.

O prognóstico pode ser definido como uma visão antecipada do futuro que se fundamenta em projeções de tendências por meio das potencialidades ou possibilidades de crescimento. Estabelece alguns parâmetros nos quais a atividade turística deverá se apoiar em suas ações planejadas.

Os objetivos, apoiados nas conclusões do diagnóstico e nas considerações do prognóstico, são propósitos expressos de forma qualitativa que determinam o que se pretende alcançar. São marcos de referência para a orientação das ações e projetos que serão elaborados. Por sua vez, as metas são os propósitos expressos de forma quantitativa. Os objetivos e metas devem ser lançados mediante programas e projetos que contribuirão para o alcance desses propósitos.

As estratégias delimitam como se deve conduzir uma atividade para o alcance dos objetivos propostos. Já as diretrizes são as orientações para a aplicação de estratégias que permitem por o plano em prática. E para finalizar, a avaliação é um processo crítico que analisa se os objetivos foram atingidos. É uma etapa que permite a continuidade do planejamento através de avaliações e realimentação de informações.

A partir da identificação dos modelos, o que se pôde identificar em todos os autores foi a necessidade de se conhecer detalhadamente o local. Sendo assim, o primeiro passo para o exercício da atividade de planejamento turístico em municípios compreende a análise macroambiental da localidade, a qual tem por finalidade buscar um amplo perfil do município, para que se possa respeitar a organização do espaço e avaliar suas singularidades e atratividades. Por meio da pesquisa de dados de um município é possível revelar as possibilidades, oportunidades, assim como as deficiências para o desenvolvimento da atividade turística local. Esta fase do planejamento é realizada por meio do *Inventário Turístico*, que MAGALHÃES (2002, p.95) citando a OMT, define como:

“Um instrumento sumamente valioso para a planificação turística, tanto setorial como territorial, pois a partir dele pode-se realizar avaliações e estabelecer as prioridades necessárias para a aplicação dos meios humanos e econômicos com que se conta para o desenvolvimento do setor”.

Entende-se que o inventário, por meio da coleta de dados, é uma das ferramentas mais importantes para o planejador da atividade turística, pois é através desse documento que se apresenta um completo retrato da situação a ser trabalhada, os aspectos positivos e negativos levantados, os recursos turísticos naturais e culturais, os equipamentos turísticos e a infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento da atividade. É esse documento que permitirá a continuidade no processo de planejamento, norteando a tomada de decisões e a formatação de alternativas para o desenvolvimento da atividade que estarão contidas no plano de desenvolvimento turístico do município.

Para que se obtenha qualidade na análise desse levantamento é imperativo a formação de uma equipe multidisciplinar de profissionais que avaliem as especificidades do município por meio de diferentes campos da ciência, como a geografia, história, economia, turismo, arquitetura, entre outros.

É uma falha reduzi-lo a uma simples lista hierarquizada de recursos turísticos, equipamentos e serviços, a qual desconsidera aspectos mais profundos conexos à cultura e à valorização de características singulares de um atrativo ou os usos e costumes de uma comunidade. Nesse sentido, PETROCCHI (1998, p.76) afirma que o inventário turístico é um trabalho especializado e que sua qualidade é um dos pontos determinantes que resultam em um bom planejamento. As informações obtidas nesse procedimento possibilitarão a elaboração de um diagnóstico que, em sua totalidade, facilitará o conhecimento da realidade do município e suas potencialidades turísticas.

Segundo MAGALHÃES (2002, p.94), as metodologias que hoje são utilizadas na formulação de um inventário surgiram da necessidade de um modelo para o registro e avaliação do patrimônio turístico atual e potencial de uma área em estudo, e também para propor medidas de proteção, conservação e aproveitamento desses recursos.

O primeiro manual com este objetivo foi organizado pela OMT, em 1978, e tinha como proposta dotar os órgãos ligados ao setor turístico de um instrumento que pudesse quantificar e qualificar recursos e patrimônio, estudar os problemas relacionados a eles, facilitando o estabelecimento de medidas de controle e proteção assim como para o aproveitamento destes recursos.

Com base no trabalho elaborado pela OMT surgiram dois outros modelos organizados pela Organização dos Estados Americanos - OEA, e pela Embratur. A metodologia utilizada pela OEA apresenta-se como uma lista de classificação ordenada e descritiva dos recursos turísticos. A Embratur criou sua metodologia com base em um instrumento que permitisse a coleta de informações de interesse turístico, despertando para as potencialidades das regiões do país.

MAGALHÃES (2002, p.95) afirma que os modelos construídos por esses dois últimos organismos são semelhantes e destacam a mesma tipologia turística, mas se diferem de uma série de outras técnicas muito utilizadas que, na verdade, apresentam-se como uma simples uma lista de recursos naturais, culturais, classificados de maneira sofisticada, mas que concedem pouca atenção aos aspectos voltados à valorização em termos turísticos da importância individual, ou mesmo coletiva dos atrativos.

Em 1994, com a implantação do PNMT, um novo modelo de inventário foi proposto seguindo as metodologias da OMT. Esse modelo é exigido como requisito para que os municípios engajados do programa possam avançar suas fases. Na oficina de segunda fase que se trabalha o processo de elaboração do plano municipal de desenvolvimento turístico. Nessa fase os participantes são estimulados a conhecer em que consiste o planejamento de um destino, a organizar o inventário turístico do município e uma análise de sua situação atual, detectando pontos fortes e pontos a melhorar em seu município.

A partir desse embasamento teórico do inventário como uma fase do planejamento turístico, buscou-se conhecer a realidade de sua concepção e realização em três municípios dos Campos Gerais, procurando evidenciar as igualdades e antagonismos ainda existentes entre teoria e prática. No capítulo a seguir apresenta-se a contextualização espaço-temporal dos locais escolhidos e a justificativa da escolha dos mesmos para realização dessa pesquisa.

CAPÍTULO II – DELINEAMENTO DA ÁREA DE ESTUDO

2.1. Campos Gerais

A área de estudo delimitada para a realização dessa pesquisa é a que compreende os municípios da região dos Campos Gerais. É uma faixa de terra localizada no estado do Paraná e que se estende do norte, divisa com São Paulo, ao sul, divisa com Santa Catarina. Os Campos Gerais foram assim descritos pelo viajante francês Auguste de Saint Hilaire⁶ ao passar aqui em 1820:

... Até aonde a vista pode alcançar descortinam-se extensas pastagens; pequenos capões onde se sobressai a valiosa e imponente araucária surgem aqui e ali nas baixadas, o tom carregado de sua folhagem contrastando com o verde claro e viçoso do capinzal. De vez em quando apontam rochas nas encostas dos morros, de onde se despeja uma cortina de água que se vai perder no fundo dos vales... Depois de tudo que acabo de dizer; vê-se que não foi sem razão que apelidei os Campos Gerais de paraíso terrestre do Brasil...

A expressão "Campos Gerais do Paraná" foi definida por MAACK (1948, p.102-200) como uma zona fitogeográfica natural, com campos limpos e matas galerias ou capões isolados de floresta ombrófila mista, onde aparece o pinheiro araucária. Nessa definição, é evidenciada a estrutura geológica das rochas, responsáveis pelos solos rasos e arenosos, pouco férteis, e que favorecem a vegetação de campos. A delimitação de região é feita através da ocorrência dessa vegetação que caracteriza a área, situada sobre o Segundo Planalto Paranaense.

⁶ O botânico francês Auguste de Saint Hilaire veio ao Brasil em 1816, e aqui permaneceu até 1822. Nesse período percorreu várias províncias, e dessa experiência resultou um importante conjunto de obras que relatam suas observações de viagem, além de vários títulos específicos sobre botânica.

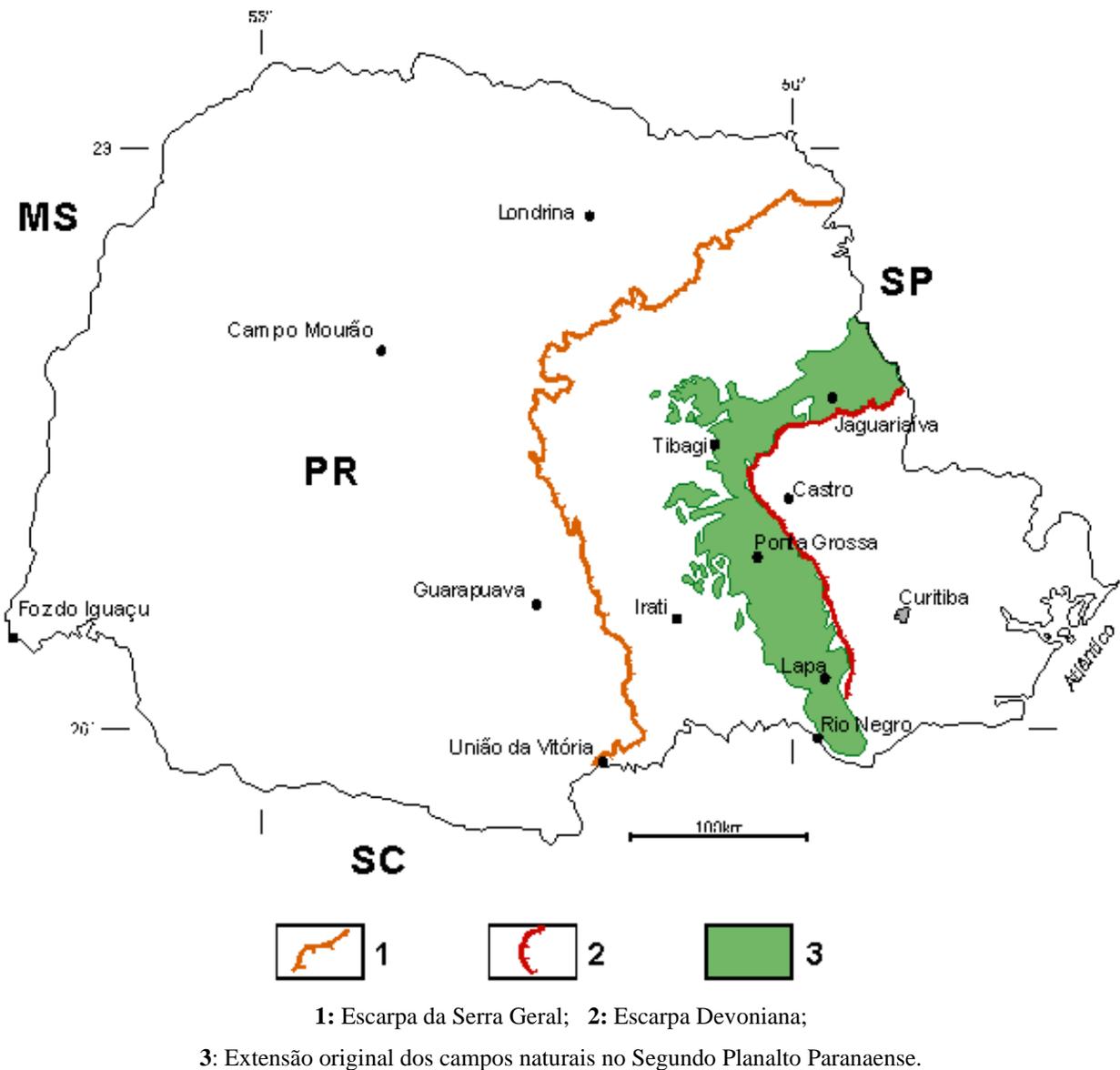


FIGURA 1 - Os Campos Gerais do Paraná, segundo sua definição original. (MAACK, 1948).

Mais recentemente, outras definições têm sido adotadas para os Campos Gerais, atendendo a objetivos e interesses diversos, resultando em delimitações também diferentes. Uma forte característica está relacionada à identidade histórica e cultural da região. No século XVIII, quando, graças aos ricos pastos naturais, abundância de invernadas com boa água e relevo suave, foi rota do tropeirismo do sul do Brasil, com o

deslocamento de tropas de muares e gado de abate provenientes do Rio Grande do Sul com destino aos mercados de São Paulo e Minas Gerais. Nessa época, os campos naturais da região tornaram-se muito disputados, e a coroa portuguesa começou a expedir cartas de sesmarias em favor de homens a ela fiéis e de prestígio político local. O tropeirismo, que se estendeu ao início do século XX, ainda hoje tem grande influência na cultura e costumes dos Campos Gerais do Paraná, cuja população preserva muitos hábitos herdados dos tropeiros, em sua maioria de origem gaúcha.

Os municípios objeto dessa pesquisa fazem parte da Associação dos Municípios dos Campos Gerais - AMCG⁷. Desse modo é importante destacar os critérios adotados pela associação, a qual utiliza dados econômicos e políticos para definir os municípios integrantes da área que compreende os Campos Gerais.

Os municípios tomados pela associação como pertencentes a essa área são: Arapoti, Balsa Nova, Carambeí, Castro, Imbaú, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Lapa, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

Além de utilizar os critérios da AMCG para a escolha dos municípios que foram trabalhados na pesquisa, também foram utilizados os seguintes critérios referentes à existência de potenciais e atrativos naturais, cultural-históricos, assim como a existência do turismo em desenvolvimento como uma das atividades econômicas dos municípios em questão. Os municípios delimitados foram Lapa, Ponta Grossa e Tibagi, que possuem características em comum:

I – São três municípios que apresentam particularidades interessantes: a Lapa possui um expressivo potencial turístico devido ao seu Patrimônio Cultural-histórico; por

⁷ A AMCG é um órgão de representação municipal em nível microrregional, criado na década de 70, e constituído sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos. Tem como objetivos a integração regional, econômica e administrativa dos municípios associados, prestar assistência, orientar e promover, sugerindo aos municípios a adoção de estímulos a industrialização da região, o aproveitamento da matéria-prima, recursos naturais e mão de obra. No turismo, a adoção de um programa de turismo sustentável, proporcionando condições favoráveis para o desenvolvimento da atividade.

sua vez, Tibagi apresenta potencial turístico voltado ao seu Patrimônio Natural; e Ponta Grossa agrega atrativos turísticos relacionados tanto a área natural como cultural.

II – Os municípios já apresentam o desenvolvimento da atividade turística.

III – São municípios integrados ao PNMT.

IV – Possuem localizações geográficas privilegiadas, ou seja, em pontos estratégicos na Rota dos Tropeiros⁸.

Sendo o objeto de estudo dessa pesquisa o Inventário como uma fase do Planejamento Turístico, nos municípios já citados, necessário se faz uma pequena apresentação dos mesmos.

⁸ A Rota dos Tropeiros é um projeto coordenado pela Paraná Turismo, Eco Paraná, Sebrae e AMCG. O projeto será o primeiro grande circuito turístico e cultural da região dos Campos Gerais e abrange quase 500 quilômetros, desde o município de Rio Negro, divisa com Santa Catarina, até Sengés, divisa com São Paulo. O projeto possibilitará agregar outra atividade econômica, trabalhando-se com toda a cadeia produtiva do turismo de maneira alternativa à economia já consolidada na região. A rota envolve os municípios da Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Carambeí, Tibagi, Telêmaco Borba, Piraí do Sul, Jaguariaíva e Sengés.

2.2. Município da Lapa

Fundada em 1731, com seus 2.145Km² ⁹ de extensão, a cidade da Lapa ocupa a colocação de 5º maior território do Estado do Paraná. Devido a essa grande extensão territorial, sua principal atividade econômica é a agricultura. Conseqüentemente, um grande número de moradores reside na zona rural e seu centro urbano ainda se encontra em estágio de desenvolvimento.

Município integrante da região dos Campos Gerais, Lapa está localizada na região sudeste do Paraná, a aproximadamente 70 km de Curitiba. Com sua população de 41.838 habitantes¹⁰, o município chama atenção de seus visitantes por seu patrimônio histórico.

Assim como a maioria dos municípios dos Campos Gerais, Lapa surgiu ao longo do caminho das tropas como local dos chamados pousos ou invernadas de tropeiros e comerciantes de gado vindos do sul, a caminho da feira de Sorocaba em São Paulo. Conforme BIGARELLA (1997, p.96), no caminho das tropas, o trecho no qual atualmente estão situados os municípios de Lapa e Rio Negro tornou-se excelente para as invernadas, fato que passou a incrementar o desenvolvimento do pouso (local de parada), que na época foi chamado de Capão Alto. Depois de Capão Alto, passou a ser conhecida como Vila Nova do Príncipe e posteriormente de Lapa – mesa de pedra – em função das formações rochosas existentes no município.

Também foi com guerras e revoluções que a cidade se fez presente na história do país. Após ter participado da Revolução Farroupilha e da Guerra do Paraguai, foi palco de um conflito bélico em 1894, entre Maragatos e Forças Republicanas – a Revolução Federalista. Nesse ano, Lapa possuía aproximadamente 200 casas dispostas ao longo de 4 ou 5 ruas, que haviam se estabelecido no sentido por onde passava o caminho das tropas.

⁹Inventário Turístico Municipal da Lapa, 2002

¹⁰ Censo IBGE 2000

O episódio entrou para a história como o “Cercos da Lapa”, e que segundo historiadores paranaenses foi responsável pela consolidação da República no Brasil.

O patrimônio deixado por sua história passou a ser preservado a criação do Centro Histórico da Lapa, concretizada na década de 70. Em junho de 1989 o setor histórico foi oficializado pelo tombamento do patrimônio por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. A área tombada é constituída por 14 quarteirões com 258 edificações dos séculos XVIII, XIX e XX. (Inventário Turístico Municipal 2002, p. 33). Como exemplos desse patrimônio histórico, é interessante destacar algumas de suas principais edificações, como segue:

A **Igreja de Santo Antônio**, construída em 1784, representa o marco mais antigo da cidade. A edificação é um exemplo da arquitetura luso-brasileira da segunda metade do século XVIII. Em sua ereção foi inicialmente utilizada a técnica de “taipa de pilão”, muito utilizada nos Campos Gerais durante esse século, e após, o uso da pedra retirada da Serra do Monge e cal. Em seu piso de pedra foram sepultadas várias pessoas devido ao hábito da época e mesmo durante a Revolução Federalista.



FIGURA 3. Igreja Santo Antônio. Fonte: Folder Turístico

O **Panteon dos Heroes**, outra construção de valor histórico, é considerado o mais importante monumento cívico do Paraná. Foi construído em 1944 em razão do cinquentenário do Cercos da Lapa para abrigar os restos mortais dos militares que lutaram

na ocasião da Resistência Republicana. Entre eles, destacaram-se General Carneiro, Coronel Amintas de Barros Braga, Coronel Dulcídio Pereira, Tenente Coronel Joaquim Resende Corrêa de Lacerda e outros heróis.



FIGURA 4. Panteon dos Heróis. Fonte: Folder Turístico

A **Casa Lacerda**, situada em frente ao Panteon do Heróis, foi construída entre os anos de 1842 e 1845 pela família Lacerda. Durante o Cerco da Lapa foi sede do Quartel General da Segunda Brigada. Em sua sala de visitas foi assinada a Ata de capitulação da Lapa, fato que motivou o tombamento do imóvel em 1938 pelo IPHAN. Atualmente a casa abriga um museu, oferecendo aos turistas a sensação nostálgica de se encontrar no século XIX, devido ao fato de preservar sua decoração original.



FIGURA 5. Casa Lacerda. Fonte: Folder Turístico.

O **Theatro São João**, também tombado pelo IPHAN, foi inaugurado em 1876, inicialmente construído para abrigar o acervo de livros da Associação Literária Lapeana. A construção que já passou por três restaurações recebeu a visita de Dom Pedro II, assim como em seu palco apresentaram-se artistas renomados. Durante o Cerco da Lapa foi convertido em enfermaria, nessa época bastante avariado pelas balas de canhões das tropas que assediavam a cidade.

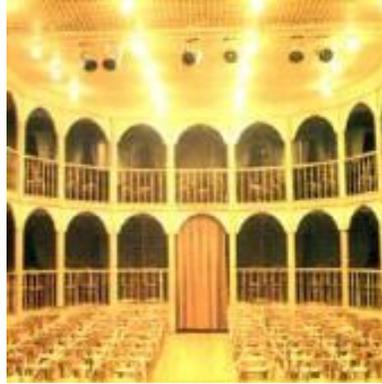


FIGURA 6. Teatro São João.

A **Casa de Câmara e Cadeia** foi a primeira casa de detenção da cidade. Inaugurada em 1868, após mais de trinta anos de construção, sua arquitetura portuguesa simbolizava a autonomia municipal do Brasil antigo como antiga sede do Poder Judiciário e Legislativo local. A parte inferior da construção foi utilizada como cadeia por muitos anos. Hoje a casa abriga o Museu de Armas, o qual possui armas utilizadas durante a Revolução Federalista, assim como armas utilizadas na Primeira e Segunda Guerras Mundiais.



FIGURA 7. Casa de Câmara e Cadeia. Fonte: Folder Turístico.

O município da Lapa é evidenciado por esse significativo Patrimônio Histórico, representado por essas edificações além outras não menos importantes, localizadas em seu Centro Histórico. Entretanto, como já foi citado, o município é o terceiro maior em extensão do Paraná e possui áreas naturais ainda a serem reveladas.

Um exemplo do seu Patrimônio Natural é o **Parque Estadual do Monge**, criado na década de 60. O parque trata-se de um dos remanescentes significativos da Floresta Ombrófila Mista e vegetação natural de encosta dessa região, apresentando exemplares de beleza cênica como grutas e caminhos naturais. Uma das principais atrações do parque é a Gruta do Monge, a qual atrai inúmeros visitantes por motivos religiosos, uma vez que em 1847 viveu nesse espaço o monge João Maria D'Agostinis, dedicando-se ao estudo das plantas medicinais, medicando enfermos realizando profecias e orações. Os visitantes vão ao local em busca de cura para seus males.



FIGURA 8. Parque Estadual do Monge. Fonte: Folder Turístico.

2.3. Município de Ponta Grossa

A região dos Campos Gerais é caracterizada historicamente como uma região de caminhos e passagens. A cidade de Ponta Grossa – uma das mais importantes da região – tem sua história visceralmente relacionada a essa denominação de local de passagem, sendo assim chamada de “Cidade Encruzilhada”, centro para qual todos os caminhos convergiam.¹¹ Inclusive alguns historiadores destacam que a “história de Ponta Grossa é a história de seus caminhos”.

A cidade, atualmente considerada um dos principais entroncamentos rodoferroviários do sul do país, está localizada no Segundo Planalto Paranaense, a 117 km de Curitiba. Ponta Grossa se estende em uma área de aproximadamente 2.063 km² e possui uma população total de 273.469 habitantes, de acordo com o censo do IBGE realizado em 2000.

A história de Ponta Grossa também está ligada à criação de gado. A cidade se originou ao longo do Caminho do Viamão (Caminho das Tropas) por onde os animais eram conduzidos do sul do Brasil até São Paulo.

Com a passagem do caminho por essa região, as fazendas que existiam provenientes das sesmarias começam a se desmembrar e dar origem a muitas outras com o intuito de criar ou invernar o gado proveniente do Rio Grande do Sul.

De acordo com DROPA (1999, p.63) em 1792 o bairro de Ponta Grossa foi originado como pouso de tropeiros, tornando-se rapidamente em um centro de convergência dos Caminhos das Tropas; pois os roteiros que existiam convergiam para esse ponto. No século XIX, os habitantes do bairro que se encontravam espalhados nas diversas fazendas se concentram no ponto mais central do território. Com a ocupação do espaço, algumas atividades comerciais foram desenvolvidas proporcionando um constante crescimento econômico. Assim, no dia 15 de setembro de 1823, o Bairro de Ponta Grossa foi elevado à condição de freguesia. Entretanto, a freguesia ainda estava politicamente

¹¹ Plano Diretor de Ponta Grossa, Volume II – Inventário Turístico, p. I –6.

dependente da Comarca de Castro, que se constituía na vila mais importante da região dos Campos Gerais nesse período (DROPA, 1999, p.68). Trinta e dois anos depois, em 1855, a freguesia foi elevada à condição de Vila e recebeu sua autonomia política. A autonomia plena foi efetivada quando Ponta Grossa foi elevada a categoria de cidade em 1862, já com seu núcleo urbano desenvolvido.

O crescimento e desenvolvimento econômico da cidade ocorreram devido à chegada da ferrovia no final do século XIX. O sistema ferroviário trouxe a cidade uma nova dimensão social, permitindo o contato com centros urbanos mais prósperos, e como resultado, alterando o modo de vida de um povo que estava limitado a atividades agropastoris. A cidade tornou-se após alguns anos no mais importante entroncamento ferroviário do Paraná.

Nas décadas seguintes, Ponta Grossa cresceu através das atividades ligadas ao setor ferroviário e conforme cita DROPA (199, p. 78), até o final da década de 20, o cenário urbano já continha os prédios históricos que foram tombados em 1990. Hoje sua economia está baseada na agroindústria que se desenvolveu após o declínio das ferrovias na região na década de 1940.

Atualmente Ponta Grossa destaca-se no cenário turístico da região dos Campos Gerais; pois o município congrega atrativos naturais, culturais e históricos, frutos de suas raízes ligadas ao tropeirismo, a passagem da ferrovia e na pluralidade étnica que proporcionou uma identidade ao município.

Os atrativos cultural-históricos que estão concentrados na área central da cidade são o reflexo do período em que a ferrovia movimentou e influenciou o crescimento da cidade. Entre várias edificações, é de relevância evidenciar os mais expressivos e que foram tombados pelo Conselho do Patrimônio Cultural Estadual, como a **Mansão Villa Hilda**, casarão de 600m² construído em 1926 pelo industrial e comerciante Alberto Thielen, figura de destaque na história do município. A casa, constituída por dois pavimentos para abrigar a família e seus serviços, é toda dividida em alas; e seus cômodos revelam um impressionante conjunto artístico.



FIGURA 9. Mansão Villa Hilda. Fonte: Folder Turístico

O **Edifício Guilherme Naumann**, também de valor para o município, foi construído em 1906 para abrigar uma grande loja de ferragens. A loja funcionou até 1933, quando seu proprietário passou a alugar o imóvel para outros fins; o que veio a descaracteriza-lo tanto interna quanto externamente. Em 1990 o prédio foi tombado e em 1998 foi iniciada sua restauração, a qual foi finalizada em 2002.



FIGURA 10. Edifício Guilherme Naumann. Fonte: Inventário Turístico Municipal

O prédio do **Museu Campos Gerais**, localizado próximo ao Edifício Guilherme Naumann, foi construído na década de vinte. Com sua arquitetura de estilo eclético, foi o

antigo fórum da comarca de Ponta Grossa e ainda hoje preserva suas características arquitetônicas originais.



FIGURA 11. Museu Campos Gerais. Fonte: Folder Turístico

Em relação à ferrovia, destacam-se três construções que formam o Complexo da Ferrovia, duas estações que serviam de terminal ferroviário, e um barracão de cargas. A **Estação Paraná** foi a primeira a ser construída, em 1894. Em primeiro momento foi utilizada como ponto de embarque e desembarque de passageiros e cargas. Após a construção do terceiro prédio, a estação passou a abrigar a parte administrativa da rede. Atualmente o espaço abriga a Casa da Memória, onde está localizado parte do acervo histórico-documental de Ponta Grossa.



FIGURA 12. Estação Paraná. Fonte: Inventário Turístico Municipal, 2002

Com o crescimento da estrada de ferro, e a ascensão do comércio na região, houve a necessidade de construir um barracão para estocar cargas. Foi assim construído o segundo prédio, o **Armazém da Estrada de Ferro do Paraná** (Estação Arte), com o intuito de estocar produtos e materiais provenientes de outros países. Atualmente, desenvolvem-se no antigo armazém atividades relacionadas às artes plásticas.



FIGURA 13. Armazém da Estrada de Ferro do Paraná. Fonte: Inventário Turístico Municipal, 2002

A **Estação São Paulo – Rio Grande**, construída entre 1899 e 1900, foi o último prédio do complexo. Na época, a estação destacou-se por seu porte e localização; pois sua planta era cópia de uma estação de passageiros inglesa. A estação foi ponto inicial do trecho ferroviário Itararé-Uruguay, o que justificou a importância desse edifício em relação ao primeiro. Os três prédios estiveram em funcionamento até a década de 70, quando os trilhos da área central de cidade foram retirados.



FIGURA 14. Estação São Paulo - Rio Grande. Fonte: Folder Turístico

O **Colégio Regente Feijó** é outra edificação que também merece destaque. Inaugurado em 1924, o prédio foi construído para ser a Escola Normal de Ponta Grossa.

No ano de 1927, serviu como sede provisória do recém criado Ginásio Regente Feijó. Onze anos após, houve a fusão das duas escolas; porém, funcionando em estabelecimentos diferentes. Após a década de 70, passou a ser caracterizado como um grande colégio público popular, exercendo uma forte presença no imaginário da população; devido a sua importância educacional, assim como sua arquitetura e localização.



FIGURA 15. Colégio Regente Feijó. Fonte: Inventário Turístico Municipal, 2002.

Além dessas edificações tombadas como Patrimônio Estadual, desde 1999, a cidade possui uma lei de tombamento, sendo que trinta e três prédios já foram reconhecidos pela legislação como patrimônio cultural de Ponta Grossa. Todo esse conjunto arquitetônico urbano pode fazer parte de um roteiro turístico cultural.

Ponta Grossa também possui significativo patrimônio natural a ser evidenciado. São belezas naturais que se sobressaem em meio aos campos ondulados da paisagem dos Campos Gerais. O Parque Estadual de Vila Velha, visitado por turistas do Brasil e também do exterior, constitui juntamente com o Parque Estadual do Guartelá, uma das mais belas paisagens naturais a serem visitadas nessa região de campos. O parque, criado em 1953, é formado pelo conjunto – Arenitos, Furnas e Lagoa Dourada. Os **Arenitos** são formações rochosas originadas há aproximadamente 340 milhões de anos. Essa era uma região coberta por massas de gelo que ao se deslocarem, erodiam o solo e incorporavam grandes quantidades de fragmentos rochosos. Com o degelo, esses fragmentos foram se depositando, e trabalhados por erosões, deram origem às formações areníticas.

As **Furnas** são crateras circulares de aproximadamente 100m de profundidade, originadas da estrutura falhada e fraturada dos arenitos; sendo que algumas possuem água recobrando metade de sua profundidade. No parque, a furna mais profunda possui um elevador panorâmico que dá acesso a um deck situado acima de um espelho d'água.



FIGURA 16. Furnas. Fonte: Folder Turístico.

Lagoa Dourada possui a mesma formação das furnas, ocorrendo, porém, um desnível do solo. A lagoa possui peixes como tubarana, bagre e traíra.



FIGURA 17. Lagoa Dourada. Fonte: Folder Turístico

Na porção Norte-leste do município podem ser encontrados vários potenciais naturais, sendo que boa parte deles não é conhecida pela população em geral, e não possuem infraestrutura adequada para a atividade turística. O **Buraco do Padre**, localizado no distrito de Itaiacoca, é uma furna que possui em seu interior uma cascata,

formada pelo rio Quebra Perna. O local era refugio de jesuítas, proprietários das sesmarias de terras do Pitangui, razão pela qual esse nome foi atribuído à furna.



FIGURA 18. Buraco do Padre. Fonte: Folder Turístico

O **Canyon do rio São Jorge**, outra área de expressiva beleza como o Buraco do Padre, é formado por um curso d'água que forma várias cachoeiras em seu percurso. Assim como o Buraco do Padre, o local possui infra-estrutura para receber seus visitantes.

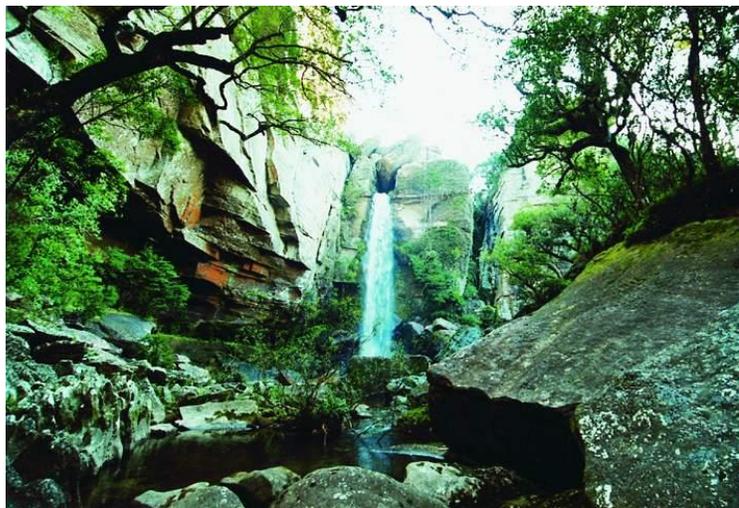


FIGURA 19. Canyon do rim São Jorge. Fonte: Folder Turístico

A **Represa dos Alagados**, próxima ao Canyon, constitui-se em uma área de preservação ambiental formada pelo rio Pitangui, o qual ao ser represado formou um grande lago denominado Alagados. A região de entorno é utilizada para o lazer da população. É nessa região que está localizado o Iate Clube do município.



FIGURA 20. Represa dos Alagados. Fonte: Folder Turístico.

Além dessas áreas, existem outras de significativa beleza, como a Cachoeira da Mariquinha, o Sumidouro do rio Quebra Perna, Capão da Onça, Furnas Gêmeas, entre outros. Cabe também evidenciar o importante acervo que o município possui em seus distritos e bairros urbanos, os quais aliam perfeitamente o meio ambiente natural com características históricas; evidenciando assim a evolução de Ponta Grossa e registrando seu cotidiano e identidade local.



FIGURA 21. Cachoeira da Mariquinha. Fonte: Folder Turístico.

2.4.Município de Tibagi

Ladeado pelo rio de mesmo nome, o Município de Tibagi, fundado em 1794, apresenta uma área de 3.105,08 km²¹², sendo considerado o maior município em extensão do Estado do Paraná. A cidade, que possui hoje em torno de 18.500 habitantes, surgiu em função do rio Tibagi e está localizada na região centro-leste do Paraná.

Conforme o INVENTÁRIO TURÍSTICO MUNICIPAL (2003, p.02), desde os tempos mais remotos era conhecida a notícia de que o rio possuía ouro e transportava uma significativa quantidade de pedras preciosas, principalmente diamantes, havendo mesmo a tradição de que esse rio corria sobre um leito diamantífero. Numerosas expedições eram organizadas e conduzidas até as margens do rio na época das chamadas bandeiras. Entretanto, o povoamento em torno do rio somente ocorreu apenas na última década do século XVII. Os primitivos moradores da atual cidade do Tibagi procediam de São Paulo, e seu estabelecimento na região foi lento, até que fosse definitivamente escolhida a localização do povoado.

Em 1782, Antônio Machado Ribeiro, fundador da cidade de Tibagi, veio ao povoado e se instalou na Fazenda Fortaleza com sua família. Algum tempo depois, tomaram posse das terras compreendidas desde o rio Pinheiro Seco até a barra do rio Santa Rosa, instalando-se então as margens do rio Tibagi, onde hoje está localizado o município. Após seu falecimento, seu filho Manoel das Dores Machado, herdeiro da propriedade, cumprindo desejo de sua falecida mulher Antonia Maria de Jesus, doou mais de 12000 metros quadrados de terreno a Nossa Senhora dos Remédios, além da casa onde residia seu pai, com o fim de ser nele edificada uma capela.

No dia 06 de março de 1846, o bairro de Tibagi foi elevado a condição de freguesia. Com o crescimento da freguesia, a mesma foi elevada a categoria de vila em 1872, e passando a condição de cidade já no ano de 1897.

¹² Inventário Turístico Municipal de 2003

Tibagi destaca-se nos Campos Gerais por sua extensa área natural. Seu principal atrativo turístico é o **Parque Estadual do Guartelá**, atraindo turistas de varias regiões do Brasil e do exterior. Localizado no canyon do Guartelá, corretamente designado *canyon* do Rio Iapó, o parque foi criado com o objetivo de assegurar preservação dos ecossistemas típicos, oferecendo aos visitantes uma excepcional beleza cênica com os “canyons”, cachoeiras e insinuantes formações rochosas. O Guartelá tem como principal característica os “canyons”, que são vales profundos, íngremes, onde o curso d’água escavou seu leito, além dos lajeados, que são pequenos cursos d’água. O que também atrai atenção são as “esculturas” trabalhadas pela natureza, que têm origem no Período Devoniano, há aproximadamente 400 milhões de anos, formando paredões típicos de transição do 1º e 2º planaltos. A vegetação mais antiga do Paraná encontra-se nesta região dos Campos Gerais, onde são evidentes as formações dos campos, cerrados e matas de galeria. Dentro das espécies da flora que podemos encontrar no Parque, temos a araucária, ipê-amarelo, erva-mate, cactos, bromélias, orquídeas, entre outros.

Atualmente o parque está sendo administrado pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP, órgão vinculado a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA. Possui infra-estrutura turística com sanitários, quiosques, recepção para os visitantes, além do acompanhamento de guias treinados.



FIGURA 22. Parque Estadual do Guartelá. Fonte Inventário Turístico Municipal.

Outros recursos naturais de significativa importância também merecem ser destacados como o rio que deu o nome à cidade, o **Rio Tibagi**. Percorre 550k, iniciando na Serra das Almas, município de Palmeira, e desaguando no rio Paranapanema. A bacia

do rio Tibagi é considerada a segunda de maior importância no Estado do Paraná, ocupando 13% do território. O Tibagi corre sobre um leito que propicia magníficas cachoeiras e belos saltos, atrativos especiais para os adeptos de esportes aquáticos radicais, como o rafting, canoagem e bóia-cross.



FIGURA 23. Rio Tibagi. Fonte: Inventário Turístico Municipal

Além do rio Tibagi, existem outros rios que se encontram no entorno da cidade onde é possível encontrar belas cachoeiras, como o **Salto Santa Rosa** que é formado pelo rio de mesmo nome. Possui uma queda de 60m de desnível, formando uma piscina natural.



FIGURA 24. Salto Santa Rosa. Fonte: Inventário Turístico Municipal.

O **Salto Puxa Nervos**, localizado na região do Barreiro próximo ao Salto Santa Rosa, é formado das águas do arroio de mesmo nome. O riacho deu origem a uma

cachoeira e um salto de aproximadamente 40 metros de desnível. O salto forma em seu leito várias piscinas naturais com cachoeiras menores.



FIGURA 25. Salto Puxa Nervos. Fonte: Inventário Turístico Municipal

Outra área natural onde a prática do turismo está sendo bem trabalhada é a **Reserva Ecológica Itáytyba**. A área que fica próxima ao Guartelá, à margem direita do rio Iapó, foi transformada em Reserva Ecológica do Patrimônio Natural – RPPN, no ano de 1997. A reserva é constituída por varias formações geológicas simbólicas, formadas principalmente de arenitos. A ação do tempo fez com esses blocos de arenito adquirissem curiosas formações, como pássaros, animais e índios. Pode-se também observar a formação de grutas, abrigos e patamares, em meio a saltos e cachoeiras do rio Iapó. Muitos destes locais contêm inscrições rupestres que ainda se encontram em excelente estado de conservação. Atualmente a reserva possui infra-estrutura de apoio e recepção ao turista, chalés para locação, restaurante, serviço de condutores, área para lazer de crianças e adultos, trilhas, mirante do Canyon Guartelá, entre outros.



FIGURA 26. Reserva Ecológica Itáytyba. Fonte: Inventário Turístico Municipal

Em sua área urbana, Tibagi também apresenta algumas edificações que representam a memória e a história do município, como o **Palácio do Diamante**, construído na década de 30 pelos Padres da Ordem do Santíssimo Redentor. Os padres seminaristas residiram no prédio por cinquenta anos, quando o mesmo foi objeto de permuta entre a diocese de Ponta Grossa e o Poder Executivo desta cidade, para que nela fosse instalada a Prefeitura do Município de Tibagi e continuasse assim, servindo a comunidade tibagiana.



FIGURA 27. Palácio do Diamante. Fonte: Inventário Turístico Municipal.

A **Igreja Nossa Senhora dos Remédios**, localizada na praça Leopoldo Mercer, é um exemplo na história de formação de Tibagi. A primeira Capela foi construída em 1836, feita de madeira lascada e coberta de sapé, através da ajuda de Ana Beje, filha do fundador da Vila de Tibagi, que recolhia donativos da comunidade com uma pequena imagem de barro de Nossa Senhora da Conceição, venerada como Nossa Senhora dos Remédios, a qual encontra-se no museu histórico. A capela construída ruiu e desabou em 1858, tendo início em 1859 a construção da nova capela, prolongando-se até 1863. Em 1936, conclui-se a atual Igreja Matriz, a terceira da história, sendo inaugurada oficialmente em 1943.



FIGURA 28. Igreja Nossa Senhora dos Remédios. Fonte: Inventário Turístico Municipal.

Há também o prédio da atual **Biblioteca Pública Municipal** Historiador Luiz Leopoldo Mercer. O edifício foi construído entre 1913 e 1915 para abrigar o Grupo Escolar Telêmaco Borba. Em 1976, após ter proporcionado formação primária para muitos tibagianos, o prédio se tornou pequeno para acomodar seus alunos e uma nova infra-estrutura foi construída. O antigo prédio ficou sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Tibagi que, em 1981, instalou nele a Biblioteca Municipal Historiador Luiz Leopoldo Mercer.



FIGURA 29. Biblioteca Pública Municipal. Fonte: Inventário Turístico Municipal.

Pode-se observar que os municípios possuem as características evidenciadas no início do capítulo. O cenário é propício para o desenvolvimento sustentável da atividade turística, porém a mesma deve ser planejada de maneira coerente e segura. O primeiro passo para o planejamento turístico se constitui no inventário, e os três municípios já desenvolveram essa etapa do planejamento¹³.

Sendo assim, no capítulo seguinte será discorrido sobre a metodologia utilizada para a formatação dos inventários e será feita uma análise para conhecimento das estratégias de realização, e em que medida os mesmos estão sendo utilizados no processo de planejamento; ou se simplesmente servem como uma fonte de pesquisa para a população em geral.

¹³ As informações referentes aos atrativos foram retiradas dos inventários turísticos dos municípios.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS INVENTÁRIOS DOS MUNICÍPIOS

3.1. Modelos Teóricos Propostos

Entende-se que para alcançar êxito no planejamento turístico de um destino, o conhecimento do mesmo nos seus aspectos e singularidades é essencial. Esta etapa de conhecimento, que se constitui no inventário turístico do local a ser planejado, é o primeiro passo na formulação de um plano de desenvolvimento turístico.

MAGALHÃES (2002, p.92) afirma que o levantamento e conhecimento da área de trabalho têm como objetivo buscar um profundo conhecimento de todas as características do município como um primeiro passo para o exercício da atividade de planejamento turístico.

Sendo o inventário turístico um trabalho criterioso e especializado, sua elaboração realizada com qualidade é um dos pontos determinantes do planejamento turístico. Visando a um documento final com qualidade, o processo de elaboração do inventário como um todo deverá ser acompanhado por profissionais não apenas do turismo; mas profissionais que possam contribuir com os demais ramos da ciência que o envolvem, como: geógrafos, historiadores, engenheiros, sociólogos, economistas, arquitetos, entre outros. Esses deverão acompanhar a formulação do inventário em suas fase de levantamento de dados e materiais bibliográficos já existentes sobre o município, assim como a elaboração dos formulários a serem aplicados nas pesquisas de campo, de forma a evidenciar as especificidades a serem inventariadas em cada área de trabalho.

No processo de formatação de um plano de desenvolvimento turístico para um município, o acompanhamento dessa primeira fase é de extrema valia, o que irá proporcionar uma visão geral e também pormenorizada da área de estudo, facilitando o desenvolvimento das outras fases de um planejamento turístico municipal. MAGALHÃES (2002, p.90) destaca que o inventário é a vertente que antecede os planos

e metas de ação. Constitui-se em uma estrutura de base que tem como objetivo nortear a preparação do diagnóstico, e possibilitar a elaboração de uma estrutura de análise final.

Já PETTROCHI (1998, p.78), afirma:

A importância desse levantamento é ter um painel do sistema turístico que venha orientar os programas de trabalho necessários. Como sempre, os programas deverão visar minimizar ou eliminar as razões dos pontos fracos e potencializar os pontos fortes. Concluída a análise macroambiental, tem-se um completo retrato do sistema turístico que está sendo estudado. Esses levantamentos são fundamentais ao processo de planejamento, pois é necessário saber exatamente as condições da situação atual para que se tenha êxito no estabelecimento da situação planejada e, mais ainda, que meios e recursos são necessários para a mudança pretendida.

Como os objetos de estudo dessa pesquisa foram os turísticos de Lapa, Ponta Grossa e Tibagi, o primeiro passo dado foi o contato com os mesmos, no intuito de examinar os documentos, verificar a metodologia, assim como os critérios utilizados para sua elaboração. No decorrer do estudo, verificou-se que as metodologias utilizadas pelos três municípios tinham como base três modelos de inventário: o inventário turístico do PNMT (Anexo 1), o formulário de oferta turística elaborado por Bissoli¹⁴ (Anexo 2), ou o modelo proposto por Beni¹⁵ (Anexo 3). Sendo que as três metodologias possuem as mesmas finalidades de pesquisa, diferenciando-se em terminologias, ordenação e classificação, e alguns enfoques. Contudo, um modelo acaba por complementar o outro em seus múltiplos enfoques. A seguir será apresentado uma pequena descrição de cada modelo.

O inventário turístico proposto pelo PNMT é dividido em sete partes principais a serem levantadas pelos municípios, sendo estas dispostas da seguinte forma: Caracterização do município, Atrativos Turísticos, Equipamentos e Serviços Turísticos, Infra-estrutura de Apoio Turístico, Demanda Turística, Envolvimento da Comunidade e Projetos Setoriais.

¹⁴ O modelo proposto por Bissoli pode ser encontrado em seu livro Planejamento turístico municipal com base em sistemas de informação.

¹⁵ O modelo proposto por Beni pode ser encontrado em sua obra Análise estrutural do turismo.

A primeira delas, Características Gerais do Município, é composta pelos dados históricos e os dados do espaço econômico e social do município, dados geográficos, populacionais e demográficos. A segunda parte, Atrativos Turísticos, contém os atrativos naturais e histórico-culturais do município, os atrativos relacionados às manifestações populares, usos e costumes da população, e os acontecimentos programados, que são os eventos e festas populares do município. A terceira parte, Equipamentos e Serviços turísticos, possui dados referentes aos meios de hospedagem, como os hotéis, pousadas e locais para camping; serviços de alimentação; agências de viagem e turismo; as transportadoras turísticas; instalações e serviços para eventos, e os equipamentos e serviços de recreação e entretenimento. Por fim, a última parte do inventário, denominada Infra-estrutura de Apoio Turístico, refere-se aos sistemas que servem de apoio à atividade turística como a segurança, transporte, comunicação, médico-hospitalar e de infraestrutura básica.

Já o modelo de inventário elaborado por Bissoli configura-se na forma de formulários para cada item relacionado no documento. Cada componente abordado no inventário possui uma série de questões já elaboradas. Essas fornecem mais subsídios aos pesquisadores com relações aos dados que devem ser levantados em suas saídas de campo. O modelo difere-se do inventário do PNMT em suas terminologias e classificações, e a ordem em que os segmentos se encontram dispostos. Ao todo são vinte e dois formulários de pesquisa que abrangem os seguintes segmentos, em sua ordem: Infra-estrutura de Apoio Turístico, Recursos e Atrativos Culturais, Recursos e Atrativos Naturais e Equipamentos.

Em Infra-estrutura de Apoio Turístico estão inclusas as informações básicas sobre o município, sendo essas as mesmas trabalhadas no inventário do PNMT; e os sistemas de transporte, comunicação e segurança, hospitalar, bancário e de abastecimento. No segmento Recursos e Atrativos Culturais são apresentados formulários para recursos históricos, manifestações populares, artesanato, recintos para exposições e espetáculos,

comidas e bebidas, instituições tecnológicas e científicas, eventos, e por fim, personalidades. Recursos e Atrativos Naturais é composto pelos formulários de recursos naturais relacionados à hidrografia, vegetação e relevo, similar à divisão feita pelo PNMT. Em Equipamentos estão relacionados os itens: meios de hospedagem, agências de viagem e turismo, estabelecimentos gastronômicos, e locais de recreação e entretenimento.

Beni em sua teorização do Sistema Turístico – Sistur não propõe um modelo de inventário em si, mas qualifica e classifica os elementos que integram a atividade turística dentro de um sistema. O sistema é composto por três conjuntos: conjunto da organização estrutural, conjunto das relações ambientais e o conjunto das ações operacionais. A partir do conjunto da organização estrutural da atividade turística formado pelo subsistema da superestrutura e o subsistema da infra-estrutura, Beni elenca os componentes de toda a atividade, que podem ser observados no Anexo 3. Nesse sentido, PETROCCHI (2001, p.20) afirma com relação ao conjunto da organização estrutural de Beni:

No modelo do Sistur, *o subsistema da superestrutura* é composto por entidades públicas, pelas definições do sistema nacional de turismo, pela ordenação jurídico-administrativa e pelas ações normativas e executivas que, somadas às políticas básicas, resultam na *política nacional de turismo*. Tal política influencia o *plano nacional de turismo*, em cuja implementação o feedback do mercado é previsto. Já o *subsistema da infra-estrutura* do Sistur tem a seguinte constituição: Serviços de apoio à comunidade; sistema de acesso e transporte para atendimento ao fluxo; sistema de comunicações; sistema de segurança; e equipamentos sociais. [grifos do autor]

O sistema de turismo envolve-se com os ambientes sociais, culturais, políticos, econômicos e com os ecossistemas, representados pelo conjunto das relações ambientais; sendo esse dependente de infra-estruturas de transporte e de todo o conjunto de infra-estruturas dos serviços urbanos. Por sua vez, o conjunto das ações operacionais é representado pelos fatores da oferta (produção) e demanda (consumo), que BENI (2000, p.165) define: “Os fatores de demanda são os mercados de turismo internacional e doméstico que utilizam atrativos, equipamentos e serviços turísticos. Os fatores da oferta

compreendem atrativos e atividades turísticas, alojamentos e outros equipamentos e serviços”.

A contribuição de Beni para a elaboração dos modelos de inventário se caracteriza pelo desenvolvimento de uma teoria para o sistema de turismo, realizando assim uma análise detalhada dos componentes desse sistema (operadores do Sistor – subsistema de oferta e do diferencial turístico e o subsistema da demanda do turismo - Anexo 3); tornando-se um referencial seguro para instituições como Embratur, e autores como Bissoli traçar seus modelos de planejamento e suas etapas, como o inventário turístico.

Realizado o estudo das metodologias empregadas nos três municípios, foi feito um trabalho *in loco* nos municípios a fim de conhecer as estruturas administrativas dos órgãos de turismo dos mesmos. Para uma análise mais detalhada e um melhor entendimento sobre as finalidades de elaboração dos inventários nos municípios, assim como suas estratégias de elaboração, entre outros, houve a necessidade de se realizar uma entrevista com os responsáveis pelos processos de elaboração desses inventários em cada município que será apresentado a seguir.

3.2. Inventários Turísticos Municipais

3.2.1. Município da Lapa:

O inventário Turístico do município da Lapa (Anexo 4) foi realizado no ano de 2002, sendo que o início dos trabalhos se deu no mês de fevereiro, com finalização no mês de março.

A metodologia utilizada para a formulação do documento foi a do PNMT. A equipe de trabalho seguiu o modelo de inventário turístico oferecido pelo programa, pela coordenação do PNMT, para que o município possa realizar a oficina de terceira fase – passo III. Motivo pelo qual o inventário foi elaborado em um período de tempo relativamente escasso, conforme afirma WILLE¹⁶(2003), “o município não deveria perder a data da realização da oficina de passo III, desse modo, reuniu-se uma equipe de trabalho para colher as informações necessárias durante o período de um mês”.

Desse modo, o inventário turístico foi elaborado com a finalidade de atender as exigências do PNMT, e também para a posterior formatação de um plano de desenvolvimento turístico para o município. Lapa já possui um plano de turismo, o qual foi elaborado em 1997, e segundo WILLE (2003), “o mesmo possui vários dados desatualizados sobre o município; por isso a necessidade da elaboração de um novo documento de inventário”. Dessa forma o inventário de 2002 foi elaborado com dados atualizados, para condizer com os objetivos da formação do plano de desenvolvimento turístico que seria realizado na oficina do PNMT.

O documento foi elaborado por uma equipe de cinco pessoas, entre elas, duas monitoras do PNMT, uma professora de história, um estagiário do curso de direito da Universidade do Contestado – UNC e uma estagiária do curso de administração de empresas com habilitação em marketing da Faculdade Educacional da Lapa – FAEL.

¹⁶ WILLE, Vilma Luzia Piovezan. Entrevista concedida pela Diretora do Departamento de Turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo da Prefeitura Municipal da Lapa. Lapa, 15 de Setembro de 2003.

Houve também o apoio da EMATER e de mais cinco monitores do PNMT. O primeiro passo a ser tomado foi a análise dos documentos existentes no departamento de turismo, assim como do Plano de Desenvolvimento Turístico da Lapa de 1997. Alguns dados foram reutilizados, contudo a maior parte foi atualizada através de saídas de campo, pesquisas na Biblioteca Pública da cidade, acervos do IPHAN, e entrevistas. A parte de infra-estrutura de apoio turístico foi feita através de reuniões com os empresários locais para o preenchimento dos dados necessários. Já as propriedades rurais, comenta WILLE (2003), foram visitadas na medida do possível, e outras inventariadas pelo uso do telefone.

Devido ao curto prazo para elaboração do documento, WILLE (2003) afirma que “o inventário da Lapa não contempla a totalidade das potencialidades do município. O município é muito extenso, então se trabalhou com os atrativos mais evidentes para uma determinada finalidade, que é a parte histórica da Lapa”; pois atualmente o turismo cultural é a prática mais procurada no município. WILLE (2003) ainda ressalta que no interior e na área rural do município é possível encontrar preciosidades arquitetônicas, históricas e naturais que também deveriam ter sido inventariadas.

Para o ano de 2004, o município pretende elaborar um plano de desenvolvimento turístico com dados mais consistentes sobre o município. Segundo WILLE(2003), “queremos ainda, contemplar o município como um todo, para juntamente com as outras ferramentas que já dispomos, como o Plano de Manejo do Parque do Monge e o Plano Diretor do Município; que também se constituem em um estudo completo do município com suas potencialidades, vocações, a questão de solo, áreas de plantio, recursos hídricos, entre outros; iniciar a formulação de um plano de desenvolvimento turístico para Lapa”.

3.2.2. Município de Ponta Grossa

Ponta Grossa possui Inventário Turístico de 2002 (Anexo5), elaborado durante o decorrer do mesmo ano, com o início dos trabalhos em janeiro e término em novembro. Em 2003 está sendo realizada uma atualização do mesmo pelos estagiários da Secretaria de Turismo do município, a qual será finalizada até o fim do decorrente ano.

De início, a elaboração do documento estava sendo realizada apenas como uma exigência da Secretaria; entretanto, em maio de 2002 iniciaram-se os trabalhos de elaboração do Plano Diretor de Turismo município, e o inventário passou a ser direcionado às exigências do plano. Segundo SERRATO¹⁷ (2003), “o Plano Diretor de Turismo de Ponta Grossa não existiria se não fosse o inventário turístico, pois todo o direcionamento do plano foi baseado nesse documento, o conhecimento de tudo que existe na cidade, as condições em que se encontram os atrativos, os serviços; enfim, toda a infra-estrutura para estar recebendo os turistas. Para propor as linhas de ação, estar direcionando os serviços e trabalhos, para mostrar o que a cidade tem de potencial, é essencial a base do planejamento que é o inventário turístico”.

Para elaboração do mesmo foram designados dois estagiários de turismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, e havia o suporte da secretaria de turismo. A metodologia utilizada para elaboração do inventário foi a de Bissoli, sendo que os formulários foram analisados e adaptados para a realidade do município após a realização de uma análise macroambiental para o conhecimento do mesmo. Ressalta-se que essa análise serviu de base para o primeiro contato com a localidade que posteriormente seria estudada.

¹⁷ SERRATO, Nair Lurdes Schoemberger. Entrevista concedida pela Diretora do Departamento de Turismo da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 19 de Setembro de 2003.

Os primeiros dados a serem inventariados foram os relativos aos equipamentos e serviços turísticos. Os formulários de meios de hospedagem, gastronomia, e das agências de viagem e turismo foram feitos *in loco* nos estabelecimentos. Em seguida foram realizadas as saídas de campo para os atrativos naturais e culturais, sendo esse um trabalho mais minucioso, pois uma avaliação das paisagens e das condições dos atrativos é essencial. Por último foram feitas as partes de caracterização do município e infraestrutura de apoio turístico, com dados coletados nos arquivos da Prefeitura Municipal. No período de formatação e digitação do documento, o mesmo foi adaptado ao modelo de inventário do PNMT.

3.2.3. Município de Tibagi

O município de Tibagi possui um Inventário Turístico que data do ano de 2002 (Anexo 6), o qual foi realizado no período de junho de 2001 a junho de 2002. Em 2003 iniciou-se uma atualização do documento por alunos da Universidade Federal do Paraná – UFPR, com o auxílio da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do município. Entretanto o documento ainda não foi finalizado.

Tibagi é município integrante do PNMT, sendo assim o inventário foi elaborado em 2002 para atender as necessidades da secretaria de turismo do município de possuir dados relativos à atividade turística, assim como atender as exigências das oficinas do programa.

A metodologia utilizada durante a elaboração do inventário foi a de Bissoli, sendo que os formulários tiveram de ser adaptados à realidade do município após análises feitas em um primeiro contato com o local. Após a formatação do documento, o mesmo foi adequado às exigências do PNMT, estando o município prestes a realizar a oficina de terceira fase, passo III. Para realização do inventário foram elencados dois estagiários de turismo da UEPG, com o apoio de duas funcionárias da Secretaria. Ao iniciar as pesquisas, os estagiários entraram em contato com a bibliografia existente na secretaria, assim como o Plano de Desenvolvimento Turístico de Tibagi do ano de 2000, para uma interação inicial com o município. Logo após a primeira pesquisa, os estagiários deram início aos trabalhos de campo na área urbana da cidade, inventariando os equipamentos e atrativos turísticos existentes nessa área, conforme afirma NAVARRO¹⁸. Como a secretaria não disponibilizava de um meio de transporte para a realização das saídas de campo nas áreas naturais e alguns locais de infra-estrutura de apoio, as informações foram então coletadas por telefone. O município ainda não possui um plano de desenvolvimento turístico, entretanto há a intenção de contratar uma equipe especializada para realização do mesmo em 2004.

¹⁸ NAVARRO, Cristiane Ribeiro. Entrevista concedida pela funcionária da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo da Prefeitura Municipal de Tibagi. Tibagi, 18 de setembro de 2003.

3.3. Inventário Turístico: teoria e prática em discussão

Para PETROCCHI (1998, p.47) “a informação oferece opções, alternativas as pessoas, mexe com suas emoções, amplia conhecimentos, forma consciência crítica e poder de análise, afeta comportamentos e modifica valores”. Sendo o inventário turístico a base de informações em um processo de planejamento, o mesmo realizado de forma contínua garante uma monitoração permanente do macroambiente, resultando assim em uma avaliação do meio para a posterior tomada de decisões.

Inserido no contexto de um planejamento turístico municipal, o inventário se constitui em um instrumento de extrema valia e, que de acordo com BISSOLI (1999, p.14) exige a formação de equipes multidisciplinares e integradas durante todo o processo. Sendo assim, a elaboração de um inventário é um trabalho especializado, que deve ser realizado em consonância com o processo de formação de um plano de desenvolvimento turístico municipal. Para que isso ocorra, a participação da equipe multidisciplinar (profissionais de várias áreas afins) deve buscar a compreensão do fenômeno turístico nos seus múltiplos enfoques. Entretanto, observou-se que a elaboração do inventário nos municípios, está sendo designada à estagiários de turismo ou de outras áreas, os quais desenvolvem o trabalho sem orientação e acompanhamento de uma equipe de profissionais especializados na área, ou até mesmo de um técnico do órgão de turismo responsável. O documento (inventário), muitas vezes se consolida de maneira um tanto vaga e reduzido a um único enfoque, apresentando o turismo no município sob a forma de uma lista de recursos, equipamentos e infra-estrutura, desconsiderando aspectos relevantes ligados ao patrimônio cultural¹⁹ existente em uma localidade e que são necessários no processo do planejamento.

BENI (2000, p.167) constata que ao se falar em planejamento, o sentido da palavra integrado deverá agregar valor ao contexto; ou seja, todos os componentes do

¹⁹ Entenda-se patrimônio cultural como a soma dos recursos naturais, históricos e culturais provenientes de uma comunidade.

planejamento devem estar *sincronizados e seqüencialmente combinados*, com a finalidade de atingir as metas e diretrizes da área de atuação de cada um dos componentes a um só tempo. Dessa forma, um sistema global poderá ser implementado e imediatamente ofertar oportunidades de pronto acompanhamento, avaliação e revisão. Todavia, observou-se que os inventários estão sendo realizados de forma isolada do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico do Município.

Os municípios realizam seus inventários, contudo os mesmos não são contextualizados como uma etapa de planejamento. Em alguns casos o município elaborou o inventário com a finalidade de atender as exigências do PNMT, como já foi descrito, porém não se avança para a elaboração de um plano de desenvolvimento turístico. Ou em outros casos o plano é feito com base em um documento já elaborado, muitas vezes defasado de informações mais atuais, ou seja, sem um direcionamento que uma equipe especializada poderia dar à realização do trabalho se esse estive sendo realizado durante o processo de elaboração de um plano. O que se pôde observar, é que inventário e plano percorrem caminhos diversos sem encontrarem um ponto de equilíbrio e sustentação em comum.

Ao teorizar o planejamento e suas etapas, diversos autores propõem modelos e formulários a serem seguidos para elaboração de inventários. Os mesmos são essenciais no processo de planejamento, pois se constituem em uma orientação de trabalho para os pesquisadores. Não obstante, MAGALHÃES (2002, p.96) afirma que “existem técnicas que são simplesmente uma lista de recursos culturais e naturais e monumentos, classificados de maneira sofisticada. Estas concedem pouca atenção aos aspectos voltados para valorização da importância individual ou coletiva dos atrativos”. Notou-se que os municípios ao realizarem seus inventários tomam como base modelos, e os seguem integralmente. Cada localidade possui suas características e especificidades, portanto os modelos de inventário devem ser tomados como um direcionamento, mas é imperativo que os mesmos sejam adaptados à realidade dos municípios. Os municípios, ao longo de sua história, foram munidos de peculiaridades, muitas vezes não encontradas em outras

localidades; dessa maneira, o conhecimento e estudo de uma localidade devem ser realizados de forma individualizada, convergindo para a valorização da identidade, história e comunidade local.

A Embratur citada por PIRES (2000, p.110) evidencia como finalidades práticas de seu modelo de inventário:

Oferecer um estudo sistemático da oferta turística e elaborar um inventário dessa oferta de uma cidade, estado ou país; quantificar e qualificar os atrativos inventariados, permitindo assim a sua avaliação; estudar problemas diversos próprios de cada um dos atrativos inventariados; facilitar a adoção de medidas precisas de proteção e ordenação dos recursos turísticos através de sua planificação regional e estabelecer uma hierarquia ou uma prioridade para utilização dos atrativos existentes e orientar a política de desenvolvimento nos diversos níveis.

PIRES (2000, p.110) ao analisar o modelo proposto pela Embratur, afirma:

Desde sua proposta inicial, não foi a intenção da Embratur criar um método de inventário que se resumiria a um mero banco de dados isolados, inoperante por não levar uma etapa posterior de visualização do conjunto, ou seja, das concentrações de atrativos, equipamentos e infra-estrutura de apoio turístico. O mapeamento de cada um dos elementos de cada categoria visava favorecer os trabalhos de planejamento. Esta metodologia não apresenta, entretanto, quais os parâmetros que estabeleceriam a ligação e visualização de um todo. Há apenas um item intitulado “observações complementares” onde será informada a existência ou ausência de equipamentos e serviços vinculados ao atrativo e que facilitem ao visitante o uso do mesmo.

Evidencia-se assim que os inventários aplicados sob a forma em que são propostos, acabam por apresentar os componentes da oferta turística de uma forma pontual; ou seja, não relacionada com o todo que forma o sistema turístico. Na análise dos inventários dos municípios, assim como nas entrevistas realizadas, constatou-se que os mesmos acabam por contemplar os atrativos naturais de uma forma superficial devido à maneira em que são descritos no documento. Em função dos modelos propostos e adotados pelos municípios os atrativos estão colocados de forma estanque e individualizados, não existindo uma preocupação com a contextualização do conjunto onde os mesmos estão inseridos. Por exemplo:

Uma determinada área de um município que possui vários atrativos naturais, entre cachoeiras, rios, formações geológicas como furnas, grutas e cavernas, locais com presença de inscrições rupestres entre vários outros; não será inventariada conforme seu conjunto de atrativos, pois, de acordo com os modelos propostos, cada elemento da paisagem deverá ser levantado conforme uma classificação diferenciada existente no inventário. Dessa forma o planejador ao realizar uma análise do inventário, terá uma visão pontual e desconexa da paisagem total. Destaca-se também que os modelos de inventário utilizados pelos municípios são deficientes em critérios de avaliação referentes aos atrativos turísticos.

Muitos autores mencionam a dificuldade de se elaborar uma metodologia de aplicação geral, que permita uma valorização racional e sistemática do potencial turístico, tendo em vista a subjetividade e natureza diversa e intangível dos atrativos turísticos. No entanto, MAGALHAES (2002, p.97) afirma que “por mais falhos que sejam os métodos, ainda assim se deve aplicar alguma forma de avaliação que defina a importância da paisagem, (...) pois o objetivo do trabalho de avaliação está em encontrar uma forma para empreender a análise do patrimônio turístico dos municípios, dessa maneira, determinar o coeficiente de atração de cada um deles”.

Verificou-se, porém, que a escassez de recursos para realização do inventário nos municípios e a existência de uma equipe de pesquisa reduzida também influenciam no processo de conhecimento, análise e avaliação de um atrativo, sejam eles naturais, edificados, históricos entre outros.

Importante destacar que o êxito do planejamento dependerá além de uma equipe estruturada, organizando todas as etapas do planejamento, de um suporte político, da capacidade de se implantarem estruturas organizacionais eficazes, além dos recursos financeiros adequados. A cadeia cíclica entre planejamento e ações políticas se faz constantemente necessária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é um fenômeno relevante em aspectos econômicos e sociais de comunidades. Simboliza a curiosidade das pessoas no sentido de conhecer novos lugares, interagir com culturas diferentes, ou descansar longe de seu local habitual de residência ou trabalho.

Vários autores destacam o potencial econômico dessa atividade evidenciado por investimentos de monte significativo. Entretanto, além dos investimentos necessários para a otimização do turismo, o que deve ser buscado em sua prática é a manutenção de um equilíbrio entre o turismo, o desenvolvimento e a conservação do patrimônio cultural e natural, que se constituem nos elementos essenciais para a existência da atividade. Essa tarefa, atribuída ao poder público e privado, é realizada por meio do planejamento turístico.

GETZ, citado por HALL (2001, p. 34) ressalta em seus estudos que o planejamento do turismo é um “processo, baseado em pesquisa e avaliação, que busca otimizar o potencial de contribuição do turismo ao bem-estar humano e à qualidade do meio ambiente”. Para atingir essa finalidade o planejamento exige uma abordagem sistematizada e com uma visão a longo prazo. Os elementos que compõem o turismo devem ser contemplados sob uma ótica global e integrada.

Para que a consecução das etapas essenciais do planejamento ocorra com qualidade, é imperativo o conhecimento e o estudo da realidade de um município, envolvendo suas peculiaridades, deficiências, possibilidades e oportunidades de desenvolvimento turístico; possibilitando assim a elaboração de uma análise final apurada e com qualidade. Esse estudo, oportunizado pelo inventário turístico, deve resultar em um documento flexível, aberto e dinâmico, passível de mudanças e atualizações inerentes à dinâmica do sistema turístico.

Os municípios objeto de estudo dessa pesquisa possuem importância significativa no cenário turístico da região dos Campos Gerais. Lapa, Ponta Grossa e Tibagi são municípios que se destacam por belezas naturais e pelo patrimônio cultural, representantes da história local. Ponta Grossa é caracterizada, devido sua história, como uma região de caminhos e passagens, e atualmente representa um dos principais entroncamentos rodo-ferroviários do sul do país. Destaca-se por reunir atrativos naturais, culturais e históricos, evidenciando-se o Parque Estadual de Vila Velha, que é conhecido internacionalmente. Lapa também recebe visitantes que buscam encontrar no município um pouco de história preservada por meio de seu patrimônio edificado, além de possuir belezas naturais ainda não conhecidas. Por sua vez, Tibagi é reconhecida por sua beleza cênica, onde se destaca entre outros atrativos, o Parque Estadual do Guartelá, um dos mais expressivos da região sul do Brasil. São municípios que possuem significativo potencial para o turismo, e que começaram a ser evidenciados por essa atividade em desenvolvimento nos Campos Gerais.

A fim de ordenar o desenvolvimento da atividade turística nesses municípios, justifica-se a necessidade do planejamento, de forma a impulsionar, coordenar e integrar o turismo ao conjunto macroeconômico em que os mesmos estão inseridos. Os recursos e atrativos existentes nesses municípios são revelados por meio do planejamento turístico em uma de suas fases, o inventário turístico.

Sendo o inventário uma etapa do planejamento turístico, o mesmo deve ser realizado em harmonia com todo o processo. Entretanto, observou-se no decorrer da pesquisa que a função do inventário como elemento fundamental para o planejamento está sendo negligenciada em seus objetivos e metas. Em alguns casos, para superar as fases do PNMT, os documentos foram elaborados (com algumas limitações já descritas), dotados de informações sobre a oferta turística do município, e os mesmos não foram utilizados como suporte para uma análise final da realidade local, elaboração de um plano de desenvolvimento turístico e definição de estratégias de desenvolvimento a serem seguidas. Ressalta-se que no município de Ponta Grossa, a situação acima descrita não

procede, pois o inventário foi realizado durante o processo de elaboração do plano de desenvolvimento turístico do município.

Ao analisar os inventários turísticos dos municípios, constatou-se que esses demonstram as realidades de cada município. Todavia, as metodologias e os critérios utilizados para elaboração dos mesmos os tornaram pontuais e apresentados sob uma hierarquização fechada de classificação dos elementos que integram o turismo. Observou-se também que os documentos estão sendo utilizados atualmente como uma importante fonte de pesquisa, tanto para estudos acadêmicos, como para a necessidade do próprio município e seu órgão de turismo.

Embora o inventário seja também uma importante fonte de dados, sua utilização no processo de planejamento é fundamental; assim como sua elaboração de maneira mais criteriosa, buscando evidenciar as especificidades de cada município. A elaboração de um documento em que o sistema turístico é compreendido em sua totalidade, ultrapassando os limites de uma simples lista hierarquizada de recursos se faz essencial, até mesmo como uma fonte de pesquisa para cada município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 1998.

BENI, M.C. Política e estratégia do desenvolvimento regional – planejamento integrado e sustentável do turismo. In: LAGE, B.H.G.; MILONE, P.C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

BIGARELLA, J. J. **Lapinha, a natureza da Lapa**. Lapa, CDD, 1997.

BISSOLI, M.A.M.A. **Planejamento turístico municipal com base em sistemas de informação**. São Paulo: Futura, 1999.

DROPA, M.M. **A memória do patrimônio histórico em Ponta Grossa – Paraná**. Assis, 1999.3xx f. Dissertação (Mestrado em História) Setor de Filosofias, Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho.

EMBRATUR. **Guia para oficinas de treinamento dos agentes multiplicadores do programa nacional de municipalização do turismo**. Brasília, 2001.

HALL, C.M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

MAACK, **Notas preliminares sobre clima, solos e vegetação do Estado do Paraná**. Curitiba, Arquivos de Biologia e Tecnologia, v II, p.102-200.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Roca, 2002.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

NAVARRO, **Cristiane Ribeiro**. **Entrevista concedida pela funcionária da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo da Prefeitura Municipal de Tibagi**. Tibagi, 18 set. 2003.

PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PETROCCHI, M. **Gestão de pólos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

PIRES, M. J. Levantamento de atrativos históricos em turismo: uma proposta metodológica. In: LAGE, B.H.G.; MILONE, P.C. **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

SERRATO, N. L. S. Entrevista concedida pela Diretora do Departamento de Turismo da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 19 set. 2003.

WILLE, V. L. P. Entrevista concedida pela Diretora do Departamento de Turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo da Prefeitura Municipal da Lapa. Lapa, 15 set. 2003.

ANEXO 1
MODELO DE INVENTÁRIO TURÍSTICO DO PNMT

INVENTÁRIO TURÍSTICO MUNICIPAL
(ATUALIZADO EM 06.08.2002)

1. Caracterização do Município

- 1.1. Nome
- 1.2. Poder Executivo
 - 1.2.1. Nome
 - 1.2.2. Endereço
 - 1.2.3. Telefone/fax
- 1.3. Poder Legislativo
 - 1.3.1. Nome
 - 1.3.2. Endereço
 - 1.3.3. Telefone/fax
- 1.4. Poder Judiciário
 - 1.4.1. Nome
 - 1.4.2. Endereço
 - 1.4.3. Telefone/fax
- 1.5. Divisão Administrativa
 - 1.5.1. Distritos
- 1.6. Órgão Municipal de Turismo
 - 1.6.1. Nome
 - 1.6.2. Titular
 - 1.6.3. Endereço
 - 1.6.4. Telefone/fax
- 1.7. Conselho Municipal de Turismo
 - 1.7.1. Nome
 - 1.7.2. Titular
 - 1.7.3. Endereço
 - 1.7.4. Telefone/fax
 - 1.7.5. Componentes
- 1.8. Fundo Municipal de Turismo (legislação)
- 1.9. Histórico (história da fundação e emancipação, datas, fatos)
- 1.10. Símbolos (hino, bandeira, brasão)

- 1.11. Aspectos Geográficos
 - 1.11.1. Área
 - 1.11.2. Municípios Limítrofes (N,S,L,O)
 - 1.11.3. População
 - 1.11.3.1. Urbana
 - 1.11.3.2. Rural
 - 1.11.4. Altitude
 - 1.11.5. Latitude
 - 1.11.6. Longitude
 - 1.11.7. Formação Geológica
 - 1.11.8. Clima
 - 1.11.9. Temperatura (máxima, média, mínima)
 - 1.11.10. Densidade Pluviométrica (meses de maior precipitação pluviométrica)
- 1.12. Atividades Econômicas desenvolvidas no município (setor primário/produção, setor secundário/transformação, setor terciário/serviços)
- 1.13. Feriados Municipais
- 1.14. Mão-de-obra (verificar o perfil, faixa etária, nível de escolarização, sexo ...), a disponibilidade existente, o nível de qualificação.
- 1.15. Legislação Pertinente existente (Plano Diretor (autor, data), Plano de Desenvolvimento Turístico, Lei Orgânica Municipal, Legislação de Uso e Ocupação do Solo, Legislação de Preservação Ambiental, Legislação de Proteção do Patrimônio Histórico Cultural, Legislação de Incentivo Fiscal para o Turismo, etc.)

2. Atrativos Turísticos

- 2.1. Atrativos Naturais (nome, localização, distância do centro da cidade, área, meios de acesso, aspectos da flora e fauna, equipamentos e serviços disponíveis, visitação e descrição do atrativo, paisagem circundante, transporte, jurisdição)
 - 2.1.1. Montanhas
 - 2.1.1.1. Picos/cumes
 - 2.1.1.2. Serras
 - 2.1.1.3. Montes/Morros/Colinas
 - 2.1.2. Planaltos e Planícies
 - 2.1.2.1. Chapadas/Tabuleiros
 - 2.1.2.2. Patamares
 - 2.1.2.3. Pedras Tabulares
 - 2.1.2.4. Vales
 - 2.1.2.5. Rochedos
 - 2.1.3. Costas ou Litoral
 - 2.1.3.1. Praias

- 2.1.3.2. Restingas
- 2.1.3.3. Mangues/ Manguezais
- 2.1.3.4. Baías/ Enseadas
- 2.1.3.5. Sacos
- 2.1.3.6. Cabos/Pontas/Penínsulas
- 2.1.3.7. Falésia/Barreiras
- 2.1.3.8. Dunas
- 2.1.4. Terras Insulares
 - 2.1.4.1. Ilhas
 - 2.1.4.1. Arquipélagos
 - 2.1.4.2. Recifes/Atóis
- 2.1.5. Hidrografia
 - 2.1.5.1. Rios
 - 2.1.5.2. Lagos/Lagoas/Represas
 - 2.1.5.3. Praias Fluviais/ Lacustres
 - 2.1.5.4. Canais/Igarapés/ Furos/ Arroios
- 2.1.6. Pântanos
- 2.1.7. Quedas d'água
- 2.1.8. Fontes Hidrominerais e/ou Termas
- 2.1.9. Unidade de Conservação Ambiental (Parques e Reservas)
 - Nacional
 - Estadual
 - Municipal
 - Particular
- 2.1.10. Grutas/Cavernas/Furnas
- 2.1.11. Área de caça e pesca
- 2.1.12. Outros

2.2.Histórico-Culturais (nome, localização, endereço, telefone, contato, horário de visitação, importância, descrição do atrativo, acesso, transporte, conservação)

- 2.2.1. Monumentos
 - 2.2.1.1. Arquitetura Civil
 - 2.2.1.2. Arquitetura Religiosa/Funerária
 - 2.2.1.3. Arquitetura Industrial/Agrícola
 - 2.2.1.4. Arquitetura Militar
 - 2.2.1.5. Ruínas
 - 2.2.1.6. Esculturas
 - 2.2.1.7. Pinturas
 - 2.2.1.8. Outros legados
- 2.2.2. Sítios
 - 2.2.2.1. Históricos
 - 2.2.2.2. Científicos

- 2.2.3. Instituições Culturais de Estudo, pesquisa e lazer
 - 2.2.3.1. Museus
 - 2.2.3.2. Bibliotecas
 - 2.2.3.3. Arquivos
 - 2.2.3.4. Institutos Históricos e Geográficos
 - 2.2.3.5. Centros Culturais/Casas de Cultura
- 2.3. Manifestações e usos tradicionais e populares (nome, importância, origens histórico-culturais, local, data, descrição do atrativo, promotor)
 - 2.3.1. Festas, Comemorações e atividades
 - 2.3.1.1. Religiosas
 - 2.3.1.2. Populares e Folclóricas
 - 2.3.1.3. Cívicas
 - 2.3.2. Gastronomia Típica
 - 2.3.3. Artesanato
 - 2.3.4. Feiras e Mercados
- 2.4. Realizações Técnicas e Científicas Contemporâneas (nome, localização, distância do centro da cidade, equipamentos e serviços que dispõe, meios de acesso, descrição do atrativo)
 - 2.4.1. Áreas de Mineração
 - 2.4.1.1. Minas/Jazidas/Salinas
 - 2.4.2. Áreas agrícolas/de Cultivo de Flores/de Criação Animal
 - 2.4.2.1. Sítios/Fazendas Modelos
 - 2.4.2.2. Estações Experimentais
 - 2.4.2.3. Outros
 - 2.4.3. Áreas/Unidades Industriais
 - 2.4.4. Obras de arte e técnica
 - 2.4.4.1. Agenciamento urbano e paisagístico (aterros, complexos viários, etc)
 - 2.4.4.2. Usina/Barragens/ Eclusas
 - 2.4.5. Centros Científicos e Técnicos
 - 2.4.5.1. Zoológicos/Aquários/Viveiros
 - 2.4.5.2. Jardins Botânicos/ Hortos
 - 2.4.5.3. Planetários
 - 2.4.6. Outros
- 2.5. Eventos/Acontecimentos Programados (nome, importância, descrição, atividades)
 - 2.5.1. Congressos e Convenções
 - 2.5.2. Feiras e Exposições
 - 2.5.2.1. Comerciais e Industriais
 - 2.5.2.2. Agropecuárias
 - 2.5.3. Realizações diversas
 - 2.5.3.1. Desportivas
 - 2.5.3.2. Artísticas/Culturais
 - 2.5.3.3. Sociais/Assistenciais

- 2.5.3.4. Gastronômicas/de produtos
- 2.5.3.5. Festas etno-culturais-religiosas
- 2.5.3.6. Feiras de Antiguidades e Mercados de Achados

3 – Equipamentos e Serviços Turísticos

3.1. Meios de Hospedagem

- 3.1.1. Estabelecimentos classificados pela EMBRATUR (nome, endereço, telefone, fax, classificação, total de leitos, serviços oferecidos)
 - 3.1.1.1. Hotel
 - 3.1.1.2. Hotel de Lazer
 - 3.1.1.3. Hotel Histórico
 - 3.1.1.4. Pousada
- 3.1.2. Estabelecimentos não classificados (nome, endereço, telefone, fax, total de leitos, serviços oferecidos)
 - 3.1.2.1. Hotel
 - 3.1.2.2. Hotel de Lazer/Resort
 - 3.1.2.3. Hotel Residência ou Suíte Service/Apart Hotel/Flat
 - 3.1.2.4. Hotel de Saúde/SPA
 - 3.1.2.5. Hotel Clube
 - 3.1.2.6. Hotel Fazenda
 - 3.1.2.7. Pousada
 - 3.1.2.8. Lodge
 - 3.1.2.9. Motel
 - 3.1.2.10. Eco Hotel
 - 3.1.2.11. Hotel em terminal de transporte
 - 3.1.2.12. Timeshare (tempo compartilhado)
- 3.1.3. Extra-hoteleiros (nome, endereço, telefone, fax, total de leitos, serviços oferecidos)
 - 3.1.3.1. Pensão
 - 3.1.3.2. Pensionato
 - 3.1.3.3. Colônia de Férias
 - 3.1.3.4. Albergue da Juventude
 - 3.1.3.5. Fazendas
 - 3.1.3.6. Camping
 - 3.1.3.7. Outros

3.2. Alimentação (nome, endereço, telefone, fax, especialização, horário de funcionamento, aspectos diferenciais)

- 3.2.1. Restaurantes
- 3.2.2. Bares/cafés/Lanchonetes
- 3.2.3. Casas de chá/Confeitarias
- 3.2.4. Cervejarias

- 3.2.5. Casas de sucos e sorvetes
- 3.2.6. Gastronomia típica (comércio)
- 3.2.7. Quiosques de praia ou campo
- 3.2.8. Outros
- 3.3. Agenciamento e transporte
 - 3.3.1. Agências de Turismo (Registro EMBRATUR)
 - 3.3.1.1. Agências de Viagem
 - 3.3.1.2. Agências de Viagem e Turismo
 - 3.3.2. Transportadoras Turísticas
- 3.4. Instalações e serviços para eventos
 - 3.4.1. Centro de Convenções e Congressos
 - 3.4.2. Parques e Pavilhões de Exposições
 - 3.4.3. Auditórios/Salões para Convenções
 - 3.4.4. Empresas Organizadoras de Eventos
 - 3.4.5. Prestadores de Serviços para Eventos
 - 3.4.6. Outros
- 3.5. Entretenimentos
 - 3.5.1. Parques de Diversões/Temáticos/Aquáticos
 - 3.5.2. Parques/Jardins/Praças
 - 3.5.3. Áreas Rurais de Lazer
 - 3.5.4. Clubes
 - 3.5.5. Pista de Esqui/Patinação/Motocross
 - 3.5.6. Estádios/Ginásios/Hipódromos/Autódromo/Kartódromos
 - 3.5.7. Marinas/Atracadouros
 - 3.5.8. Mirantes/Belvederes
 - 3.5.9. Outras Instalações Desportivas e de Recreação
 - 3.5.10. Estabelecimentos noturnos
 - 3.5.11. Quadras de Escolas de Samba
 - 3.5.12. Cinemas/Teatros
 - 3.5.13. Outros locais de Espetáculos Públicos
- 3.6. Outros Serviços(nome, endereço, telefone)

4. Intra-estrutura de Apoio Turístico

- 4.1. Sistema de Transporte
 - 4.1.1. Rodoviário
 - 4.1.1.1. Principais rodovias de acesso
 - 4.1.1.2. Estação/terminal rodoviário
 - 4.1.1.3. Empresas de ônibus que operam o município(linhas/horários)
 - 4.1.2. Aéreo
 - 4.1.2.1. Aeroportos(nome, endereço, telefone)

4.1.2.2. Companhias aéreas que operam no município(nome, endereço, telefone, linhas, horários)

4.1.2.3. Táxi aéreo(nome, endereço, telefone)

4.2. Sistema de Segurança

4.2.1. Corpo de Bombeiros (endereço, telefone)

4.2.2. Posto de Polícia Rodoviária (endereço, telefone, horário de atendimento)

4.2.3. Delegacias de Polícia (endereço, telefone, horário de atendimento, especialização)

4.2.4. Serviços de Salvamento Marítimo

4.2.5. Serviço de Polícia Marítima, Aéreos e de Fronteiras

4.3. Sistemas de Comunicação

4.3.1. DDD

4.3.2. CEP

4.3.3. Postos telefônicos/ telefonia celular (endereço, telefone, horário de atendimento)

4.3.4. Agências postais (endereço, telefone, horário de atendimento)

4.3.5. Emissoras de rádio e televisão (nome, endereço, telefone, horário de atendimento)

4.3.6. Rádios amadores

4.3.7. Jornais e revistas regionais/ locais (nome, endereço, telefone, horário de atendimento)

4.4. Sistema Médico-hospitalar

4.4.1. Pronto Socorros (nome, endereço, telefone)

4.4.2. Hospitais (nome, endereço, telefone, horário de atendimento)

4.4.3. Maternidades (nome, endereço, telefone, horário de atendimento)

4.4.4. Farmácias 24 horas (nome, endereço, telefone)

4.5. Infra-estrutura Básica

4.5.1. Abastecimento de água (nome, número de domicílios atendidos, capacidade de atendimento)

4.5.2. Energia elétrica (empresa, sistema, número de domicílios atendidos, capacidade de atendimento, voltagem)

4.5.3. Rede de esgotos (empresa, sistema, número de domicílios atendidos (%))

4.5.4. Limpeza Pública(empresa, serviços, periodicidade de coleta)

4.6. Sistema Educacional

4.6.1. Técnico

4.6.2. Nível Superior

4.6.3. Cursos Profissionalizantes

5. Demanda Turística

Caracterização do consumidor da oferta – proveniência, tempo de permanência, motivo da estada, gastos realizados, opinião sobre equipamentos, serviços e infraestrutura, época de visitação, etc. Pode ser feita nos equipamentos e serviços turísticos e nos atrativos turísticos (eventos, etc).

6. Envolvimento da Comunidade

Determinar a receptividade, interesse no repasse de informações, nível de conscientização...

7. Projetos Setoriais

Deve-se levantar os projetos existentes em diferentes áreas que de alguma forma venham contribuir para o desenvolvimento turístico, verificar os existentes na área ambiental, cultural, de urbanismo, agropecuária, educação, de promoção, de desenvolvimento, etc.

ANEXO 2

MODELO DE INVENTÁRIO TURÍSTICO DE BISSOLI

FORMULÁRIOS DE OFERTA TURÍSTICA

1. INFRA-ESTRUTURA DE APOIO TURÍSTICO

1.1. INFORMAÇÕES BÁSICAS DO MUNICÍPIO

- 1.1.1. Datas principais
- 1.1.2. Origem do nome:
- 1.1.3. Significado do nome:
- 1.1.4. Histórico do Município:
- 1.1.5. Feriados Municipais
- 1.1.6. Localização
 - . Latitude..:
 - . Longitude.:
 - . Limites
- 1.1.7. Dimensões
 - . Área.....:
 - . Área urbana
 - . Área rural.:
- 1.1.8. Relevo
- 1.1.9. Vegetação
- 1.1.10. Hidrografia
- 1.1.11. Altitude
- 1.1.12. Clima
- 1.1.13. Economia:
- 1.1.14. Arrecadação do Município
- 1.1.15. Setores da Economia no Município
- 1.1.16. Número de estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviço.
- 1.1.17. Pessoal ocupado no setor industrial:
- 1.1.18. Dados Sócio-Econômico
- 1.1.19. Evolução Populacional
- 1.1.20. Taxa de urbanização (1991) :
- 1.1.21. Número de Estabelecimentos de Ensino (199)
- 1.1.22. Número de alunos matriculados no 1º Grau (199)
- 1.1.23. Número de alunos concluintes no 1º Grau (199)
- 1.1.24. Número de alunos matriculados no 2º Grau (199)
- 1.1.25. Número de alunos concluintes no 2º Grau (199)

1.1.26. Número de alunos matriculados nas faculdades existentes e cursos:

1.1.27. Número de alunos concluintes nas faculdades existentes

1.1.28. Equipamento básico

<i>Item</i>	<i>Descrição</i>	<i>S/N</i>	<i>%</i>	<i>Locais (zona urbana/rural)</i>
<i>A</i>	Abastecimento de água - Tratada			
<i>B</i>	Abastecimento de água - captação direta			
<i>C</i>	Rede de esgoto			
<i>D</i>	Limpeza pública			
<i>E</i>	Energia elétrica - 110 v			
<i>F</i>	Energia elétrica - 220 v			

1.2. SISTEMA DE TRANSPORTES

1.2.1. Vias de Acesso - Rodoviário

1.2.2. Estação Rodoviária

1.2.3. Estação Ferroviária

1.2.4. Aeroporto / Campo de Aviação / Aero Clube

1.2.5. Transporte Urbano:

1.2.6. Serviço de Taxi:

1.3 SISTEMA DE COMUNICAÇÕES/SEGURANÇA

1.3.1. Telefonia

1.3.2. Correio

1.3.3. Jornal

1.3.4. Delegacia de Polícia:

1.4. EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR E FARMACÊUTICO

1.4.1. Hospitais:

1.4.2. Posto de Saúde:

1.4.3. Farmácias

1.4.4. Médicos / Dentistas

1.5. SISTEMA BANCÁRIO

1.5.1. Nome do Banco.:

1.6. SISTEMA DE POSTOS DE SERVIÇOS

1.7. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS E BEBIDAS

1.8. OUTROS SERVIÇOS

2 - RECURSOS / ATRATIVOS CULTURAIS - Históricos

Bibliotecas, Museus, Coleções, Galerias de Arte, Casas de Cultura

- 01 - Identificação
- 02 - Especialização do acervo e número de obras
- 03 - Peças de maior importância:
- 04 - Permite acesso público:
- 05 - Regulamentos para visita:
- 06 - Informações gerais:
- 07 - Histórico
- 08 - Perfil do público visitante
- 09 - Número de visitantes mensais:
- 10 - Avaliação do pesquisador

3 - RECURSOS CULTURAIS - Históricos

Ed. de valor Histórico, Ed. Artístico, Igrejas, Locais históricos, Esculturas ao ar livre, Monumentos Murais / Painéis, Ruínas, Residências de valor cultural, Sítios arqueológicos, Outros

- 01- Identificação
- 02- Informações Diversas
 - A. Restauração
 - B. Propriedade pública
 - C. Propriedade particular
 - D. Quanto ao uso atual: sem uso
 - E. Se possível determine seu estilo
 - F. Existe acervo?
 - G. Histórico
 - H. É incorporado ao CONDEPHAT?
 - I. Avaliação do pesquisador

4 - RECURSOS / ATRATIVOS CULTURAIS HISTÓRICOS - Manifestações Populares

Folclórico, Profanos, Religiosos

- 1. Características do grupo
- 2. Local de ensaio
- 3. Local usual de apresentação
- 4. Origem e evolução
- 5. Descrição resumida da apresentação
- 6. Organizadores (nome e endereço)
- 7. Pessoa para contato
- 8. Períodos de apresentação e horários:

5 - RECURSOS TURÍSTICO HISTÓRICO - FAZENDAS

1. Nome:
2. Localização:
3. Data de construção:
4. Propriedade particular de :
5. Histórico
6. Fatos Marcantes em relação a história e registro físico:
7. Permite acesso público:
8. Avaliação Geral

6 - RECURSOS / ATRATIVOS CULTURAIS - ARTESANATO

1. Identificação
2. Características do produto/artesanato
3. Histórico
4. Locais de comercialização na cidade
5. Qual o perfil do público
6. Propaganda/Divulgação:

7 - RECURSOS / ATRATIVOS CULTURAIS

Recintos, Exposições e Espetáculos

Teatros, Recinto de exposições, Área livre, Leilões de animais, Cinema, Centro Cultural

1. Identificação
2. Volume
3. Equipamentos
4. Informações
- . Frequência de utilização:
- . No caso de prédio com importância histórica, especificar:

8 - RECURSOS / ATRATIVOS CULTURAIS - *Comidas e Bebidas*

Doces, Salgados, Bebidas, Temperos

1. Nome Estabelecimento
2. Endereço
3. Produto (nome e características principais):
4. Histórico do produto:
5. Local de venda
6. Horário de funcionamento
7. Tipos de consumidores

9 - RECURSOS / ATRATIVOS CULTURAIS - *Instituições Científicas, Tecnológicas e de Pesquisa*

1. Informações Gerais
2. Histórico
3. Outras informações que julgar necessárias:

10 - RECURSOS / ATRATIVOS CULTURAIS - *Eventos*

Festa, Prova, Feira, Competição, Festival, Campeonato, Comemoração, Concurso, Aniversário, Torneio, Dia Comemorativo, Encontro, Semana Comemorativa, Reunião, Salão, Congresso, Exposição, Convenção, Jogo, Romaria, Carnaval, Desfile, Outros.

1. Denominação
2. Periodicidade
3. Data do evento
4. Local da Realização
5. Organização:
6. Anos que foram realizados
7. Histórico do evento
8. De que se trata /consta o evento
9. Zona de alcance de público:
10. Informações Gerais:
11. Arrecadação do último evento

11-RECURSOS / ATRATIVOS CULTURAIS - *Personalidades*

1. Personalidades -. Vultos históricos
2. Personalidades Artísticas
3. Grupos culturais
4. Colônias Estrangeiras

12- RECURSOS / ATRATIVOS NATURAIS - *Hidrografia*

1. Organizar hidrografia por grupos:
 - 1.1. Cursos d'água:
 - 1.2. Quedas d'água:
 - 1.3. Águas represadas:
 - 1.4. Praias
 - 1.5. Águas subterrâneas:
2. Identificação

Meios de Transporte :

3. Características físicas

Propício a:

4. Informações Gerais

5. Especificar se é explorado turisticamente

6. Críticas do Pesquisador quanto a:

<i>DESCRIÇÃO DO ITEM</i>	<i>BOM</i>	<i>MÉDIO</i>	<i>RUI M</i>	<i>NÃO EXISTE</i>
Dimensão				
Pureza e qualidade das águas				
Volume de água				
Arborização do local				
Via de acesso				
Conservação e Limpeza				
Infra-estrutura Básica				
Equipamento turístico				
Valores paisagísticos				

13 - RECURSOS / ATRATIVOS NATURAIS - Vegetação

Unidades de conservação

1. Identificação

Meios de acesso:

2. Características Gerais:

A. Flora especificar característica

B. Fauna especificar característica:

C. Propício a:

3. Informações Gerais:

4. Críticas do pesquisador quanto a:

<i>DESCRIÇÃO DO ÍTEM</i>	<i>BOM</i>	<i>MÉDIO</i>	<i>RUIM</i>	<i>NÃO EXISTE</i>
Dimensão da área de visitação				
Tipo de Vegetação				
Fauna				
Acesso				
Equipamento Turístico				
Valores Paisagísticos (entorno)				
Conservação e limpeza				
Infra-estrutura básica				

5. Outras informações que julgar necessário

14 - RECURSOS / ATRATIVOS NATURAIS - *Relevo*

Serra, Montanha, Planície, Mirante, Formação Rochosa, Caverna, Pico, Cânion, Outros

1. Identificação
2. Características físicas:
3. Informações Gerais
4. Especificar quanto ao potencial turístico
5. Explorado turisticamente (especificar de que forma)
6. Críticas do pesquisador quanto a:

<i>DESCRIÇÃO DO ITEM</i>	<i>BOM</i>	<i>MÉDIO</i>	<i>RUIM</i>	<i>NÃO EXISTE</i>
Dimensão				
Beleza da formação				
Arborização local				
Equipamento turístico				
Condições de vias de acesso				
Valores paisagísticos				
Conservação e limpeza				
Infra-estrutura básica				

15 - EQUIPAMENTOS - *Meios de Hospedagem*

Hotel, Motel, Hotel Residência, Pousada, Pensão (Hospedaria), Hotel de Lazer, Hotel Fazenda, Colônia de Férias, Albergue, *Flat*

1. Identificação
2. Volume: Unidade habitacional - UH
3. Equipamentos nas unidades habitacionais
4. Equipamentos na área comum
5. Serviços existentes e/ ou prestados
 - Serviço de apartamentos
 - Serviços Gerais
 - Atividades Esportivas*
- Serviços de praia
6. Infra - Estrutura
7. Reservas
8. Tipos de diárias
9. Política de crédito para construção/reforma

10. Informes físicos
11. Recursos Humanos
12. Avaliação do pesquisador

Quanto a conservação e limpeza:

<i>DESCRIÇÃO DO ITEM</i>	<i>BOM</i>	<i>MÉDIO</i>	<i>RUIM</i>
Rouparia			
Equipamento sanitário			
Decoração e mobiliário			
Aspecto externo do estabelecimento			
Aspecto interno do estabelecimento			

16 - EQUIPAMENTOS - MEIOS DE HOSPEDAGENS - *Camping*

1. Identificação
2. Capacidade de Instalação
3. Reservas
4. Infra - estrutura
5. Serviços
6. Política de visitação/Preço
7. Atrativos Naturais
8. Quanto a características especiais de construção, localização e proximidade de atrações turísticas, especificar:

17 - EQUIPAMENTOS - *Restaurantes*

Restaurantes, Boate, Lanchonete/Bar

1. Identificação
2. Estrutura
 - Capacidade
 - Característica
3. Qualificação da alimentação

<i>Tipo</i>	<i>() Rodízio</i>	<i>() A la carte</i>	<i>() Self Service</i>	<i>() Kilo Comercial</i>	<i>() Prato Feito</i>
Brasileiro					
Internacional					
Pizzaria					
Churrascari					

a					
Macrobiótico					
Vegetariano					
Outros					

4. Funcionamento
5. Recursos Humanos
6. Formas de pagamento
7. Avaliação do pesquisador

Quanto a conservação e limpeza

<i>DESCRIÇÃO DO ITEM</i>	<i>BOM</i>	<i>MÉDIO</i>	<i>RUIM</i>	<i>NÃO EXISTE</i>
Equipamento de mesa				
Sanitários				
Decoração				
Aspecto externo do estabelecimento				
Aspecto interno do estabelecimento				
Limpeza da cozinha				

18- EQUIPAMENTOS - Agência de Viagem e Turismo

1. Tipologia
Agência de Viagem, Agência de Viagem e Turismo
2. Identificação
3. Equipamentos na área comum
4. Infra - Estrutura
5. Serviços
6. Qual o principal tipo de serviço oferecido por sua empresa:
7. Recursos Humanos
8. A empresa utiliza micro computadores?
9. Avaliação do pesquisador

<i>DESCRIÇÃO DO ITEM</i>	<i>BOM</i>	<i>MÉDIO</i>	<i>RUIM</i>	<i>NÃO EXISTE</i>
Decoração e mobiliário				
Aspecto externo do estabelecimento				

Aspecto interno do estabelecimento				
Atendimento				

19- EQUIPAMENTO : *Transportadora Turística*

1. Denominação
2. Endereço
3. Horário e dias de funcionamento :
4. Equipamentos:
5. Opera alguma linha regular

20- EQUIPAMENTOS/SERVIÇOS TURÍSTICOS: *Recreação e Entretenimento*
Clube/Associação, Estádio/Conjunto esportivo

1. Identificação
2. Equipamentos
3. Capacidade
4. Informações gerais
5. Características especiais

21 - EQUIPAMENTOS DE APOIO TURÍSTICO: *Locais públicos, Praça e Jardim, Outros*

1. Identificação
2. Volume
3. Equipamento
4. Informações Gerais
5. Avaliação do pesquisador quanto a

<i>DESCRIÇÃO DO ITEM</i>	<i>BOM</i>	<i>MÉDIO</i>	<i>RUIM</i>	<i>NÃO EXISTE</i>
Dimensão				
Arborização				
Conservação/Limpeza				
Localização				

22 - EQUIPAMENTO DE APOIO TURÍSTICO

Iate, Marina, Garagem Náutica

1. Nome
2. Endereço
3. Ano que iniciou o funcionamento
4. Funcionamento (horário, dias da semana, época)

5. Área
6. Capacidade
7. Disponibilidade de vagas
8. Existe sazonalidade na procura de vagas? Qual a época de maior procura?
9. Atende embarcações em trânsito?
10. Instalações (descrever)
11. Equipamentos
12. Serviços
13. Preços praticados (solicitar ou verificar tabela)
14. Principal origem dos locatários (Grande São Paulo - Interior de São Paulo - Rio de Janeiro, etc.).
15. Demanda Potencial (indagar sobre número de solicitações não atendidas, lista de espera).
16. Número de funcionários
17. Como os funcionários são treinados?
18. Avaliação